



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLEIA



ANO XXXVIII - Nº 111 - SÃO LUÍS, TERÇA-FEIRA, 09 DE AGOSTO DE 2011. EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS
87.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES.....03	PROJETO DE LEI04
PAUTA03	PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVO05
SESSÃO ORDINÁRIA03	INDICAÇÃO06
MENSAGEM04	RESUMO DA ATA20
MEDIDA PROVISÓRIA04	

MESA DIRETORA

Deputado Arnaldo Melo (PMDB)
Presidente

- | | |
|---|--|
| 1.º Vice-Presidente: Deputado Marcos Caldas (PRB) | 1.º Secretário: Deputado Hélio Soares (PP) |
| 2.º Vice-Presidente: Deputado Neto Evangelista (PSDB) | 2.º Secretário: Deputado Jota Pinto (PR) |
| 3.º Vice-Presidente: Deputado Afonso Manoel (PMDB) | 3.º Secretário: Deputado Edilázio Júnior (PV) |
| 4.º Vice-Presidente: Deputada Francisca Primo (PT) | 4.º Secretário: Deputada Cleide Coutinho (PSB) |

BLOCO DA UNIÃO DEMOCRÁTICA

PT do B - PSDB - PT - PHS - PP - PMN - PR - PRB - PSC

- | | |
|---|--------------------------------------|
| 1. Deputado Alexandre Almeida (PT do B) | 9. Deputado Hélio Soares (PP) |
| 2. Deputado André Fufuca (PSDB) | 10. Deputado Jota Pinto (PR) |
| 3. Deputado Bira do Pindaré (PT) | 11. Deputado Léo Cunha (PSC) |
| 4. Deputado Carlinhos Florêncio (PHS) | 12. Deputado Marcos Caldas (PRB) |
| 5. Deputado Dr. Pádua (PP) | 13. Deputado Neto Evangelista (PSDB) |
| 6. Deputado Eduardo Braide (PMN) | 14. Deputado Raimundo Louro (PR) |
| 7. Deputada Francisca Primo (PT) | 15. Deputado Rogério Cafeteira (PMN) |
| 8. Deputada Gardênia Castelo (PSDB) | 16. Deputado Zé Carlos (PT) |

LÍDER

Deputado Eduardo Braide

VICE-LÍDERES

Deputado Carlinhos Florêncio
Deputado Zé Carlos

BLOCO PARLAMENTAR PELO MARANHÃO

PMDB - DEM - PV - PSL - PTB

- | | |
|---|------------------------------------|
| 1. Deputado Arnaldo Melo (PMDB) | 10. Deputado Hemetério Weba (PV) |
| 2. Deputado Afonso Manoel (PMDB) | 11. Deputado Manoel Ribeiro (PTB) |
| 3. Deputado Antônio Pereira (DEM) | 12. Deputado Magno Bacelar (PV) |
| 4. Deputado Carlos Alberto Milhomem (DEM) | 13. Deputado Raimundo Cutrim (DEM) |
| 5. Deputado Carlos Filho (PV) | 14. Deputado Rigo Teles (PV) |
| 6. Deputado César Pires (DEM) | 15. Deputado Roberto Costa (PMDB) |
| 7. Deputado Edilázio Júnior (PV) | 16. Deputado Stênio Rezende (PMDB) |
| 8. Deputado Edson Araújo (PSL) | 17. Deputada Vianey Bringel (PMDB) |
| 9. Deputado Fábio Braga (PMDB) | |

LÍDER

Deputado Stênio Rezende

VICE-LÍDERES

Deputada Vianey Bringel
Deputado Rigo Teles
Deputado Antônio Pereira

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO

PSB - PC do B - PPS

- | | |
|-----------------------------------|---|
| 1. Deputada Cleide Coutinho (PSB) | 4. Deputado Rubens Pereira Júnior (PC do B) |
| 2. Deputada Eliziane Gama (PPS) | 5. Deputado Marcelo Tavares (PSB) |
| 3. Deputado Luciano Leitoa (PSB) | |

LÍDER

Deputado Marcelo Tavares

VICE-LÍDER

Deputado Rubens Pereira Júnior

PTC

1. Deputado Edivaldo Holanda

PDT

1. Deputado Camilo Figueiredo
2. Deputado Carlinhos Amorim - LÍDER
3. Deputada Valéria Macedo - VICE-LÍDER

LICENCIADOS

1. Deputado Ricardo Murad (PMDB)
2. Deputado Max Barros (DEM)
3. Deputado Victor Mendes (PV)
4. Deputada Graça Paz (PDT)

LIDERANÇA DO GOVERNO

LÍDER

Deputado Manoel Ribeiro

VICE-LÍDERES

Deputado Alexandre Almeida
Deputado Magno Bacelar
Deputado Rogério Cafeteira



COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

(de acordo com o art. 30 da Resolução Legislativa n.º 599/2010)

I - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Titulares

Deputado Eduardo Braide
Deputado Rogério Cafeteira
Deputado Carlinhos Florêncio
Deputado Carlos Alberto Milhomem
Deputado Raimundo Cutrim
Deputado Manoel Ribeiro
Deputado Rubens Pereira Jr.

Suplentes

Deputado Bira do Pindaré
Deputado Alexandre Almeida
Deputado Zé Carlos
Deputado Antônio Pereira
Deputada Vianey Bringel
Deputado Rigo Teles
Deputada Eliziane Gama

PRESIDENTE

Carlos A. Milhomem

VICE-PRESIDENTE

Rogério Cafeteira

REUNIÕES:

Terça-Feira às 08:30hs
Glacimar Fernandes
Secretária

II - Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle

PRESIDENTE

Alexandre Almeida

VICE-PRESIDENTE

César Pires

REUNIÕES:

Quarta-Feira às 15:00hs
Regina de Paula Verde
Secretária

Titulares

Deputado Eduardo Braide
Deputada Rogério Cafeteira
Deputado Alexandre Almeida
Deputado César Pires
Deputado Carlos Alberto Milhomem
Deputado Antônio Pereira
Deputado Luciano Leitão

Suplentes

Deputado Carlinhos Florêncio
Deputada Gardênia Castelo
Deputado Zé Carlos
Deputado Manoel Ribeiro
Deputado Stênio Resende
Deputado Rubens Pereira Jr.

III - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Titulares

Deputado Léo Cunha
Deputada Gardênia Castelo
Deputado Alexandre Almeida
Deputado Magno Bacelar
Deputado Carlos Filho
Deputado Manoel Ribeiro
Deputada Eliziane Gama

Suplentes

Deputado Rogério Cafeteira
Deputado Dr. Pádua
Deputado Eduardo Braide
Deputado César Pires
Deputado Raimundo Cutrim
Deputado Roberto Costa
Deputado Luciano Leitão

PRESIDENTE

Léo Cunha

VICE-PRESIDENTE

Carlos Filho

REUNIÕES:

Terça-Feira às 08:30hs

IV - Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia

PRESIDENTE

César Pires

VICE-PRESIDENTE

Luciano Leitão

REUNIÕES:

Quarta-Feira às 08:30hs

Titulares

Deputado André Fufuca
Deputado Bira do Pindaré
Deputada Gardênia Castelo
Deputado César Pires
Deputado Stênio Resende
Deputado Manoel Ribeiro
Deputado Luciano Leitão

Suplentes

Deputado Alexandre Almeida
Deputado Rogério Cafeteira
Deputado Léo Cunha
Deputado Fábio Braga
Deputado Raimundo Cutrim
Deputado Magno Bacelar
Deputado Marcelo Tavares

V - Comissão de Administração Pública, Seguridade Social e Relações do Trabalho

Titulares

Deputado Hemetério Weba
Deputado Bira do Pindaré
Deputado Léo Cunha
Deputado Carlos Filho
Deputado Stênio Resende
Deputada Valéria Macedo
Deputado Rubens Pereira Jr.

Suplentes

Deputada Gardênia Castelo
Deputado Zé Carlos
Deputado Hemetério Weba
Deputado César Pires
Deputado Raimundo Cutrim
Deputado Camilo Figueiredo
Deputada Eliziane Gama

PRESIDENTE

Hemetério Weba

VICE-PRESIDENTE

Valéria Macedo

REUNIÕES:

Quinta-Feira às 13:00hs

VI - Comissão de Saúde

PRESIDENTE

Dr. Pádua

VICE-PRESIDENTE

Valéria Macedo

REUNIÕES:

Quarta-Feira às 08:30hs
Sílvia Tereza Marques
Secretária

Titulares

Deputado Dr. Pádua
Deputado André Fufuca
Deputado Carlinhos Florêncio
Deputada Vianey Bringel
Deputado Antônio Pereira
Deputada Valéria Macedo
Deputado Marcelo Tavares

Suplentes

Deputado Raimundo Louro
Deputada Gardênia Castelo
Deputado Rogério Cafeteira
Deputado Manoel Ribeiro
Deputado Rigo Teles
Deputado Fábio Braga
Deputado Luciano Leitão

VII - Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional

Titulares

Deputado Carlinhos Florêncio
Deputado André Fufuca
Deputado Rigo Teles
Deputada Vianey Bringel
Deputado Hemetério Weba
Deputado Marcelo Tavares
Deputado Camilo Figueiredo

Suplentes

Deputado Eduardo Braide
Deputado Raimundo Louro
Deputado Edson Araújo
Deputado Carlos Alberto Milhomem
Deputado Roberto Costa
Deputado Rubens Pereira Jr.
Deputado Edivaldo Holanda

PRESIDENTE

André Fufuca

VICE-PRESIDENTE

Rigo Teles

REUNIÕES:

Quinta-Feira às 08:30hs

VIII - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

PRESIDENTE

Eliziane Gama

VICE-PRESIDENTE

Bira do Pindaré

REUNIÕES:

Quinta-Feira às 08:30hs

Titulares

Deputado Bira do Pindaré
Deputada Gardênia Castelo
Deputado Eduardo Braide
Deputado Manoel Ribeiro
Deputado Rigo Teles
Deputado Edson Araújo
Deputada Eliziane Gama

Suplentes

Deputado Dr. Pádua
Deputado Léo Cunha
Deputado André Fufuca
Deputado Stênio Resende
Deputado Antônio Pereira
Deputado Carlos Filho
Deputado Rubens Pereira Jr.

IX - Comissão de Obras e Serviços Públicos

Titulares

Deputado Raimundo Louro
Deputado Zé Carlos
Deputado Léo Cunha
Deputada Vianey Bringel
Deputado Carlos Alberto Milhomem
Deputado Carlos Filho
Deputado Carlinhos Amorim

Suplentes

Deputado Carlinhos Florêncio
Deputado André Fufuca
Deputado Eduardo Braide
Deputado Antônio Pereira
Deputado Hemetério Weba
Deputado Edson Araújo
Deputado Camilo Figueiredo

PRESIDENTE

Raimundo Louro

VICE-PRESIDENTE

Carlinhos Amorim

REUNIÕES:

Terça-Feira às 08:30hs
Dulcimar Mendonça Cutrim
Secretária

X - Comissão de Ética

PRESIDENTE

Antônio Pereira

VICE-PRESIDENTE

Rogério Cafeteira

REUNIÕES:

Quarta-Feira às 08:30hs
Célia Pimentel
Secretária

Titulares

Deputado Rogério Cafeteira
Deputado Dr. Pádua
Deputado Antônio Pereira
Deputado Carlos Alberto Milhomem
Deputado Fábio Braga
Deputado Edivaldo Holanda
Deputado Marcelo Tavares

Suplentes

Deputado Alexandre Almeida
Deputado Raimundo Louro
Deputado Stênio Resende
Deputado Magno Bacelar
Deputado Roberto Costa
Deputada Valéria Macedo
Deputado Luciano Leitão

XI - Comissão de Assuntos Econômicos

Titulares

Deputado Doutor Pádua
Deputado Alexandre Almeida
Deputado Zé Carlos
Deputado Edson Araújo
Deputado Raimundo Cutrim
Deputado Fábio Braga
Deputado Carlinhos Amorim

Suplentes

Deputado Léo Cunha
Deputado Dr. Pádua
Deputado Bira do Pindaré
Deputado Carlos Filho
Deputado Magno Bacelar
Deputado Rigo Teles
Deputado Edivaldo Holanda

PRESIDENTE

Edson Araújo

VICE-PRESIDENTE

Zé Carlos

REUNIÕES:

Quinta-Feira às 08:30hs
Lúcia Maria Furtado
Secretária

XII - Comissão de Segurança Pública

PRESIDENTE

Zé Carlos

VICE-PRESIDENTE

Rigo Teles

REUNIÕES:

Quarta-Feira às 08:30hs
Iranise Lemos
Secretária

Titulares

Deputado Raimundo Louro
Deputado Zé Carlos
Deputado Rigo Teles
Deputado Manoel Ribeiro
Deputado Magno Bacelar
Deputado Camilo Figueiredo
Deputado Luciano Leitão

Suplentes

Deputado Bira do Pindaré
Deputado Alexandre Almeida
Deputado Fábio Braga
Deputado Edson Araújo
Deputado Carlinhos Amorim
Deputada Eliziane Gama



SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09/08/2011 - 3ª FEIRA

GRANDE EXPEDIENTE

1.º ORADOR (A) - 30 MINUTOS

TEMPOS DOS PARTIDOS E BLOCOS PARLAMENTARES

1. PDT.....6 MINUTOS
 2. BLOCO PARLAMENTAR PELO MARANHÃO.....24 MINUTOS
 3. BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO.....7 MINUTOS
 4. BLOCO UNIÃO DEMOCRÁTICA.....23 MINUTOS

PAUTA DE PROPOSTA PARA RECEBIMENTO DE EMENDADATA: 09/08/2011 - TERÇA-FEIRA:ORDINÁRIA 1ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 177/11, de autoria do Senhor Deputado Neto Evangelista, que “autoriza os órgãos de segurança pública do Estado do Maranhão e a autoridade policial a realizar busca imediata de pessoa desaparecida, menor de 16(dezesseis) anos ou de pessoa com deficiência física, mental e/ou sensorial de qualquer idade e a criação de cadastro estadual de desaparecidos”.

2. PROJETO DE LEI Nº 178/11, de autoria do Senhor Deputado Neto Evangelista, que “veda a realização de concurso público exclusivo para a formação de cadastro de reserva e dá outras providências”.

3. PROJETO DE LEI Nº 179/11, de autoria do Senhor Deputado André Fufuca, que regulamenta o uso de canetas laser, proibindo sua venda para menores de dezoito anos e seu uso por estes no Estado, e dá outras providências.

4. PROJETO DE LEI Nº 181/11, de autoria do Senhor Deputado Carlos Amorim, que considera de Utilidade Pública, o Instituto de Tecnologia e Gestão – ITG, com sede e foro nesta Capital.

5. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 043/11, de autoria do Senhor Deputado Zé Carlos, que Institui a Frente Parlamentar em Defesa da Segurança Pública no Estado do Maranhão.

ORDINÁRIA 2ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 160/11, de autoria do Senhor Deputado Jota Pinto, que institui o Dia da ordem das Filhas de Jó, a ser comemorado, anualmente, no dia 09 de março.

2. PROJETO DE LEI Nº 176/11, de autoria do Senhor Deputado Afonso Manoel, que dispõe sobre a oficialização, no âmbito deste Estado, da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e dá outras providências.

ORDINÁRIA 3ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 175/11, de autoria da Senhora Deputada Vianey Bringel, que estabelece diretrizes para a política estadual de implantação de asilos públicos.

2. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/11, de autoria do Senhor Deputado Edilázio Junior, que concede a Medalha Manoel Bequimão, ao ilustre Cidadão Eduardo Jorge Hiluy Nicolau.

3. PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 010/11, de autoria do Senhor Deputado Marcelo Tavares, que susta o Contrato celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Empresa PROENGE.

ORDINÁRIA 4ª E ÚLTIMA SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 172/11, de autoria do Senhor Deputado Neto Evangelista, que considera de Utilidade Pública, a Associação Recreativa Social, Cultural e Assistencial “Vinagreira Show”, com sede e foro em São Luis-MA.

2. PROJETO DE LEI Nº 173/11, de autoria do Senhor Deputado Antonio Pereira, que considera de Utilidade Pública, a Associação de Karatê Chirrodai – ASSKACHI, com sede e foro em Imperatriz-MA.

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, em 08 de agosto de 2011.

Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada no dia oito de agosto do ano de dois mil e onze.

Presidente Senhor Deputado Arnaldo Melo.
 Primeiro Secretário Senhor Deputado Hélio Soares.
 Segundo Secretário Senhor Deputado Jota Pinto.

Às dezesseis horas, presentes os Senhores Deputados: Afonso Manoel, Alexandre Almeida, André Fufuca, Antônio Pereira, Arnaldo Melo, Bira do Pindaré, Camilo Figueiredo, Carlinhos Florêncio, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Amorim, Cleide Coutinho, Doutor Pádua, Edilázio Junior, Edivaldo Holanda, Edson Araújo, Eduardo Braide, Fábio Braga, Francisca Primo, Gardênia Castelo, Hélio Soares, Hemetério Webba, Jota Pinto, Léo Cunha, Luciano Leitoa, Magno Bacelar, Manoel Ribeiro, Neto Evangelista, Raimundo Louro, Rigo Teles, Roberto Costa, Rogério Cafeteria, Rubens Pereira Júnior, Stênio Rezende, Vianey Bringel e Zé Carlos. Ausentes: Carlos Filho, César Pires, Eliziane Gama, Marcelo Tavares, Marcos Caldas, Raimundo Cutrim e Valéria Macêdo.

I – ABERTURA.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO - Em nome do povo e invocando a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO - O Senhor Segundo Secretário para fazer a leitura da Ata da Sessão anterior e do texto bíblico.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO DEPUTADO JOTA PINTO (lê texto Bíblico e Ata) - Ata lida, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO - Ata lida e considerada aprovada.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO - O Senhor Primeiro Secretário para fazer a leitura do Expediente.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DEPUTADO HÉLIO SOARES – (lê Expediente).

II – EXPEDIENTE.

MENSAGEM Nº 049 /2011

São Luís, 04 de agosto de 2011.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 42 da Constituição Estadual, submeto à apreciação de Vossa Excelência e de seus ilustres pares a Medida Provisória nº 103, de 3 de agosto de 2011, que dispõe sobre o auxílio-alimentação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e dá outras providências, já publicada no Diário Oficial do Estado, acompanhada da Exposição de Motivos nº 006/2011-GAB/SEPLAN, de 01 de agosto de 2011, da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que levou o Governo do Estado a adotá-la.

Nesta oportunidade, renovo a Vossa Excelência e a todos os integrantes dessa augusta Assembleia os meus protestos de apreço e consideração.

ROSEANA SARNEY
 Governadora do Estado


MEDIDA PROVISÓRIA Nº 103, DE 03 DE AGOSTO DE 2011

Dispõe sobre o auxílio-alimentação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do art. 42 da Constituição Estadual, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º - O valor do auxílio-alimentação de que trata a Lei no 306, de 27 de novembro de 2007, é o constante do Anexo Único desta Medida Provisória.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta Medida Provisória correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º - Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Fica revogado o Anexo X da Lei nº 306, de 27 de novembro de 2007.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 03 DE AGOSTO DE 2011, 190º DA INDEPENDÊNCIA E 123º DA REPÚBLICA.

ANEXO ÚNICO
**AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO
Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar**

POSTO OU GRADUAÇÃO	VALOR
Coronel Tenente-Coronel Major Capitão 1º Tenente 2º Tenente Aspirante a Oficial Subtenente	250,00
1º Sargento 2º Sargento 3º Sargento	
Aluno CFO 3º Aluno CFO 2º Aluno CFO 1º Cabo Soldado	

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º 26/2011-GAB/SEPLAN

São Luís, 01 de Agosto de 2011

A sua Excelência a Senhora
ROSEANA SARNEY
Governadora do estado do Maranhão
Nesta.

Senhora Governadora,

Submeto à consideração de Vossa Excelência proposta de Medida Provisória, com a finalidade de alterar, para valor único de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) o auxílio-alimentação concedido, por meio da Lei n.º 306, de 27 de novembro de 2007, aos membros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Maranhão.

A urgência e a relevância justificam-se em razão da irrisoriedade dos valores atualmente pagos à título de auxílio-alimentação, o que não atende o escopo para a qual indigitada prerrogativa foi instituída.

Convém esclarecer, que o custo decorrente com a implantação da medida para o exercício corrente é da ordem de R\$ 9.645.000,00 (nove milhões seiscentos e quarenta e cinco mil reais), e nos exercícios de 2012 e 2013, na ordem de R\$ 23.148.000,00 (vinte e três milhões cento e quarenta e oito mil reais), estando consignado no orçamento estadual. Portanto, o disposto nos art. 16 e 17 da Lei de

Responsabilidade Fiscal, encontram-se plenamente atendidos.

Estas, senhora Governadora, são as razões que nos levam a propor a Vossa Excelência a edição da Medida Provisória em anexo.

FABIO GONDIM PEREIRA DA COSTA
Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

PROJETO DE LEI Nº 177 / 11

Autoriza os órgãos de segurança pública do Estado do Maranhão e a autoridade policial a realizar busca imediata de pessoa desaparecida, menor de 16 (dezesseis) anos ou de pessoa com deficiência física, mental e/ou sensorial de qualquer idade e a criação de cadastro estadual de desaparecidos.

Art. 1º Ficam autorizados os órgãos de segurança pública e a autoridade policial, a realizar a imediata busca e localização assim que recebida a notícia do desaparecimento de pessoa com idade de até 16 (dezesseis) anos ou de pessoa com deficiência física, mental e/ou sensorial de qualquer idade.

Parágrafo Único - Os órgãos competentes deverão comunicar o fato aos portos, aeroportos, Polícia Rodoviária, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e companhias de transporte intermunicipais, interestaduais e internacionais, fornecendo-lhes todos os dados necessários à identificação do desaparecido.

Art. 2º O Estado deverá criar um banco de informações públicas com informações para denúncias anônimas, de livre acesso por meio da rede mundial de computadores, que conterá informações acerca das características físicas das pessoas desaparecidas, como cor dos olhos e da pele, tamanho, peso e outras.

Parágrafo Único- O banco de dados referido no "caput" deste artigo será integrado à rede da Secretaria de Segurança Pública do estado do Maranhão, do distrito federal e dos demais estados da federação.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICATIVA

Vários são as ocorrências e relatos de crianças e pessoas com deficiência que desaparecem e os pais ou responsáveis recebem a orientação da autoridade policial que somente poderão prestar sua queixa junto aos órgãos de Segurança Pública do Estado do Maranhão 24 horas após o sumiço. Com a presente proposição, deverão ser iniciados imediatamente os procedimentos para busca e localização do indivíduo.

O fator tempo é determinante para recuperação ou não do desaparecido. Por meio de uma ação imediata, serão maximizadas as possibilidades de êxito e prevenção de situações agravantes, tais como tráfico de pessoas, assassinatos e, ainda, exploração sexual.

A capacidade de discernimento de crianças, adolescentes e de pessoas com deficiência é restrita. Portanto cabe ao Estado agir prontamente quando recebe um comunicado de criança, adolescente ou deficiente desaparecido.

Plenário "Deputado Nagib Haickel" do Palácio Manoel Bequimão, em São Luís, 03 de agosto, de 2011. - Deputado Neto Evangelista – PSDB - 2º Vice-Presidente

PROJETO DE LEI Nº 178 / 11

"Veda a realização de concurso público exclusivo para a formação de cadastro de reserva e dá outras providências."

Art. 1º O edital de cada concurso público de provas ou de provas e títulos no âmbito da administração pública estadual direta e indireta, e dos municípios não poderá deixar de prever o número de cargos a serem providos.

Parágrafo único. A formação de cadastro de reserva nos concursos de que trata o caput deste artigo somente será permitida



para candidatos aprovados em número excedente ao de cargos a serem providos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, não se aplicando a concursos públicos cujos editais de abertura já tenham sido publicados.

JUSTIFICATIVA

A realização de concursos públicos específicos para formação de “cadastro de reserva” se tornou hábito na Administração Pública. O edital de tais concursos não indica o número de cargos a serem preenchidos. Nessas circunstâncias, é possível a realização de concursos mesmo quando não haja qualquer cargo vago. Tais concursos podem, muitas vezes, estar ludibriando os candidatos, ao criar-lhes falsas expectativas de nomeação. Nessas situações, o único beneficiado será a chamada “indústria dos concursos”.

Plenário “Deputado Nagib Haickel” do Palácio Manoel Bequimão, em São Luís, 03 de agosto, de 2011. - Deputado Neto Evangelista – PSDB - 2º Vice-Presidente

PROJETO DE LEI Nº 179 / 11

Regulamenta o uso de canetas laser, proibindo sua venda para menores de dezoito anos e seu uso por estes no Estado, e dá outras Providências.

Art. 1º - As canetas ou ponteiras laser serão usadas exclusivamente para exibir, mostrar ou apontar em aulas ou palestras expositivas e atividades afins.

§1º - Os equipamentos usados para fins mencionados no “caput” devem ter potência máxima de 1MW.

§2º - São de inteira responsabilidade dos fabricantes a apresentação de informações claras e precisas destacadas nos rótulos dos produtos, sobre a forma correta de uso e os riscos do uso indevido dos equipamentos mencionados no “caput”.

Art. 2º - Os equipamentos a que se refere o art.1º. só deverão ser vendidos para maiores de dezoito anos.

§1º. - Os comerciantes que descumprirem esta lei estarão sujeitos ao disposto no art. 29º do Código Penal, além do pagamento de multa e /ou cassação do alvará de funcionamento e apreensão dos equipamentos, conforme determina o art.56º. e parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor.

§ 2º. - O descumprimento das restrições apresentadas no art.1º sujeita o infrator às penas legais cabíveis.

§ 3º. - O descumprimento da restrição prevista no “caput” do art.1º sujeita o infrator à multa, sem prejuízo das medidas legais pertinentes à espécie.

Art.3º. - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

As canetas ou ponteiras laser que têm causado problemas nos estádios, em jogos de futebol, agora estão sendo apontadas para aviões. Quem assim procede, desconhecem os enormes riscos a que expõe os seus “alvos”. Esses utensílios parecem brinquedos inocentes, mas são capazes de grandes estragos se usados inadequadamente. No ano passado, o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – **Cenipa** – registrou 60 ocorrências envolvendo o uso de ponteiras laser perto de aeroportos, apontadas para aviões em procedimentos de pouso ou decolagem.

O **Cenipa** emitiu um alerta aos pilotos sobre a interferência de raio laser verde, fato constatado em relatórios operacionais, com base em informações prestadas por pilotos.

“Existe o risco, e o risco é sério. Quando um raio laser adentra a cabine de comando de um avião que esteja voando nas proximidades, no momento de pouso ou decolagem, podem ofuscar a visão dos pilotos. Se os pilotos tiverem sua visão ofuscada, haverá risco de acidente de graves proporções”, diz Carlos Camacho, do sindicato dos aeronautas.

Após denúncia da empresa de infraestrutura aeroportuária (Infraero), a Polícia Militar prendeu um homem acusado de utilizar

uma caneta laser para atingir aviões em rota de pouso no aeroporto de Imperatriz.

“Se focado de maneira concentrada na área da visão central, que é área macular, pode causar a perda de visão permanente”, alertam vários oftalmologistas.

De acordo com as leis brasileiras, quem for apanhado em flagrante apontando um laser para um avião pode ser enquadrado no crime de atentado contra o transporte aéreo, o que pode causar de 2 a 5 anos de prisão. Em caso de acidente aéreo, o Código penal prevê 12 anos de cadeia.

No futebol, as maiores vítimas dos torcedores que levam as ponteiras laser aos estádios, têm sido os goleiros: “quando passa o olho, você perde a visão total, praticamente some sua visão e você tem que procurar a bola de novamente contam os goleiros.

O Brasil, infelizmente não tem nenhuma lei específica. As autoridades têm apenado os usuários que cometem alguma irregularidade usando outras leis, como no caso ocorrido no Paraná em que o torcedor foi apenado por incitar a violência. Mas algum país já tem leis rígidas para o uso do laser.

Pelo exposto e pela relevância social da matéria, seja para segurança das aeronaves ou para a saúde, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto

Plenário “Nagib Haickel” do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís 13 de Junho de 2011. - ANDRÉ FUFUCA - DEP. ESTADUAL – PSDB - Dep.andrefufuca@al.ma.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 181 / 11

CONSIDERA de utilidade pública o Instituto de Tecnologia e Gestão – ITG.

Art. 1º - É considerado de utilidade pública o Instituto de Tecnologia e Gestão – ITG, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 05 de agosto de 2011. - CARLOS AMORIM - Deputado Estadual

Projeto de Resolução Legislativa Nº043/2011

Institui a Frente Parlamentar em defesa da Segurança Pública no Estado do Maranhão.

Art. 1º. Fica instituída a Frente Parlamentar em defesa da Segurança Pública, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, a ser instalada com a participação e apoio dos Deputados Estaduais, atuando na amplitude de suas prerrogativas legais.

Art. 2º. Compete a Frente Parlamentar em Defesa da Segurança Pública no Estado do Maranhão, promover políticas públicas e ações que visem dar segurança a população maranhense.

Art. 3º. A Frente Parlamentar em Defesa da Segurança Pública no Estado do Maranhão será composta por Deputados Estaduais, integrantes dos partidos políticos com representação na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.

Parágrafo Único: Os Deputados que compuserem a Frente Parlamentar deverão assinar este termo de compromisso, manifestando apoio à execução de políticas e ações direcionadas à segurança da população maranhense.

Art. 4º. A coordenação e organização das políticas e ações da Frente Parlamentar em defesa da Segurança Pública será a partir de entendimento da mesa diretora e dos parlamentares que a compuserem.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário

PLENÁRIO DEPUTADO “NAGIB HAICKEL” DO “PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO”, em 03 de agosto de 2011. Zé Carlos – Deputado Estadual.

ZÉ CARLOS
DEPUTADO ESTADUAL - PT



INDICAÇÃO Nº 747 / 11

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência que, depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício a **EXCELENTÍSSIMA SENHORA GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO DRA. ROSEANA SARNEY** solicitando providências no sentido de determinar que **OS MOTO TAXISTAS EM ATRASO COM O PAGAMENTO DO IPVA SEJAM ANISTIADOS**, considerando que um ato dessa natureza é extremamente humanitário, haja vista a quantidade de famílias, são centenas, que dependem da renda do trabalho diário do moto taxista para garantir o seu sustento.

Terá direito a anistia o moto taxista profissional que exerce a sua atividade em veículo de sua propriedade dentro do território do Estado do Maranhão e devidamente emplacado pelo **DETRAN-MA**.

Entretanto, para obter o perdão da dívida é necessário que o moto taxista apresente todos os documentos inerentes à regularização do exercício da profissão.

A nossa propositura tem como objeto beneficiar uma categoria de trabalhadores que merece de nós enquanto representantes da sociedade maranhense no parlamento, o nosso mais profundo respeito.

Não podemos negar que somente a anistia não é suficiente, entretanto, é um passo significativo para uma categoria que há anos luta por benefícios sociais, principalmente pela isenção do pagamento do **IPVA**.

Plenário “Nagib Haickel” do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 01 de agosto de 2011. - HÉLIO SOARES - DEP. ESTADUAL – PP - Primeiro Secretário - heliosoaes@al.ma.gov.br

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 748 / 11

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a V. Exa. que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Exma. Sra. Governadora do Estado do Maranhão, Dra. Roseana Samey, solicitando providências, no sentido de determinar **A CRIAÇÃO DE UMA DELEGACIA ESPECIALIZADA EM ROUBO DE GADO**, considerando que quadrilhas no Estado do Maranhão e em Estados Vizinhos estão cada vez mais se especializando nesse tipo de crime.

A Polícia Rodoviária Federal tem tido um trabalho enorme para prender criminosos que atuam nessa modalidade de delito. As ocorrências que tratam sobre roubo de gado a cada dia aumentam nas delegacias das mais diversas regiões do Estado do Maranhão.

A criação da Delegacia Especial que ora propomos, servirá como instrumento dentro da estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública para receber denúncias e tentar prender imediatamente criminosos que roubam gado e abatem em matadouros clandestinos para vender a carne à população maranhense.

Sob a égide do Estado e com o índice de criminalidade cada vez mais crescente reforçamos ainda mais a tese de que o Poder Público Estadual precisa investir pesado em segurança pública para proteger o cidadão desses marginais.

Plenário “Nagib Haickel” do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 01 de Agosto de 2011. - HÉLIO SOARES - DEP. ESTADUAL – PP - Primeiro Secretário

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 749 / 11

Senhor Presidente,

Na forma regimental, e, **considerando** que aterros sanitários a céu aberto contaminam o ar que respiramos transportando odores insuportáveis para a saúde pública, já que recebem resíduos sólidos urbanos e não oferecem as condições necessárias para receber tais resíduos.

Considerando que aterros sanitários não é o melhor destino do lixo, mas, comparado com os famosos lixões que sem revestimento produzem o chorume (resíduo líquido formado pela decomposição da matéria orgânica) que contamina o lençol freático, causam menos impacto ao meio ambiente.

Considerando que os gestores dos municípios de **PORTO FRANCO, SÃO JOÃO DO PARAÍSO E CAMPESTRE DO MARANHÃO**, cidades que aglutinam aproximadamente cinquenta mil habitantes, até o momento não discutiram políticas voltadas para minimizar os impactos ao meio ambiente.

REQUEIRO a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa Diretora, seja encaminhado ofício aos **EXMOS. SRS. PREFEITOS DOS MUNICÍPIOS DE PORTO FRANCO, SÃO JOÃO DO PARAÍSO E CAMPESTRE DO MARANHÃO**, solicitando providências no sentido de discutirem a **FORMAÇÃO DE UM CONSÓRCIO PARA A IMEDIATA CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE UMA CENTRAL DE COLETA DE LIXO RECICLÁVEL**, haja vista a importância dessas centrais na medida em que elas permitam a reciclagem do lixo para os mais diversos setores da economia.

É bem verdade que possuímos um lixo rico, mas, o que constatamos na realidade é que perdemos muito dinheiro por falta de uma política adequada voltada para o reaproveitamento de resíduos nas grandes metrópoles brasileiras.

Portanto, a reciclagem do lixo plástico, do papel, do vidro, do ferro do alumínio, enfim, reduz o volume nos aterros, minimiza os prejuízos ambientais e proporciona trabalho e renda a muitas pessoas. Não podemos deixar de discutir o assunto numa agenda política quando existe a real possibilidade dos municípios promoverem a reciclagem do lixo a um custo zero.

Plenário “Nagib Haickel” do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 01 de Agosto de 2011. - HÉLIO SOARES - DEP. ESTADUAL – PP - Primeiro Secretário

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 750 / 11

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência que, depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício a **EXCELENTÍSSIMA SENHORA GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, DRA. ROSEANA SARNEY**, solicitando providências no sentido de determinar **A SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, QUE INCLUA NO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA VIA EXPRESSA A CONSTRUÇÃO DE UM OBELISCO**, considerando a importância da obra para as comemorações do quarto centenário da cidade de São Luís.

O **obelisco** tem a sua origem na civilização Egípcia e foi criado para comemorar fatos relevantes e se espalhou pelo mundo em cidades como Nova Iorque, Washington, Roma, Londres, Paris, Montevideu, Buenos Aires, São Paulo, Londrina, enfim.

No Brasil temos **obeliscos** famosos como o da divisa do Brasil com o Uruguai na praça internacional, inaugurado pelo Presidente do Brasil Getúlio Vargas e o Presidente do Uruguai Alfredo Baldomir. O outro está na cidade de São Paulo no Parque Ibirapuera em homenagem



a Revolução Constitucionalista de 1932. O da praça internacional a única praça binacional do mundo tem 30 metros de altura o da cidade de São Paulo tem 72 metros de altura.

Portanto, a nossa propositura tem por objeto apenas sugerir que seja adequada ao projeto original da construção da **VIA EXPRESSA**, obra do Governo do Estado, a construção de um **OBELISCO** que servirá de cartão postal para a nossa querida cidade patrimônio cultural da humanidade, de um ponto focal e elemento estético urbanístico.

Plenário “Nagib Haickel” do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 01 de agosto de 2011. - HÉLIO SOARES - DEP. ESTADUAL – PP - Primeiro Secretário - heliosoaes@al.ma.gov.br

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 751 / 11

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requero a Vossa Excelência que, depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao **ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE DO BANCO DO BRASIL, DR. JOSÉ AVELAR MATIAS LOPES**, solicitando providências no sentido de determinar a **criação e instalação de uma agência do Banco do Brasil, no Município de Bom Jesus das Selvas (MA)**, considerando a função social desenvolvida pelo referido banco ao longo de sua existência e a necessidade imperiosa de uma agência do Banco do Brasil para atender à população de Bomjesuense, assim como a população circunvizinhas do Município.

A **Agência do Banco do Brasil**, que ora pleiteamos, tem como objetivo promover políticas que geram resultados socioeconômicos. A presença desse importante agente financeiro em **Bom Jesus das Selvas** servirá, sobretudo, como instrumento de democratização de crédito e valorização da cidadania, facilitando oportunidades de negócios a centenas de empresários, microempresários e a população em geral com padrão de excelência que lhe é peculiar, buscando cada vez mais crescimento e paralelamente a satisfação de seus clientes.

O **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DAS SELVAS (MA)**, localizada na Região da Pré-Amazônia Maranhense **população 27.487 habitantes, Censo do IBGE 2010**, tem como base econômica a agricultura e pecuária.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 04 de agosto de 2011. - ANDRÉ FUFUCA - DEP. ESTADUAL – PSDB - Dep. andrefufuca@al.ma.gov.br

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 752 / 11

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requero a Vossa Excelência que, depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao **ILUSTRÍSSIMO SENHOR SUPERINTENDENTE DO BANCO DO BRASIL, DR. JOSÉ AVELAR MATIAS LOPES**, solicitando providências no sentido de determinar a **criação e instalação de uma agência do Banco do Brasil, no Município de Alto Alegre do Pindaré (MA)**, considerando a função social desenvolvida pelo referido banco ao longo de sua existência e a necessidade imperiosa de uma agência do Banco do Brasil para atender à população Alto Alegrense, assim como a população circunvizinhas do Município.

A **Agência do Banco do Brasil**, que ora pleiteamos, tem como objetivo promover políticas que geram resultados socioeconômicos. A presença desse importante agente financeiro em **Alto Alegre do Pindaré** servirá, sobretudo, como instrumento de democratização de

crédito e valorização da cidadania, facilitando oportunidades de negócios a centenas de empresários, microempresários e a população em geral com padrão de excelência que lhe é peculiar, buscando cada vez mais crescimento e paralelamente a satisfação de seus clientes.

O **MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ (MA)**, localizado no Vale do Pindaré **população 28.776 habitantes, Censo do IBGE 2010**, tem como base econômica a agricultura e pecuária.

Plenário “Gervásio Santos” do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 04 de agosto de 2011. - ANDRÉ FUFUCA - DEP. ESTADUAL – PSDB - Dep. andrefufuca@al.ma.gov.br

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 753 / 11

Senhor Presidente,

Na forma regimental requero, a V. Exa. que, depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Dr. João Bernardo Bringel, Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, respondendo pela Secretaria de Estado da Educação, solicitando a adoção de providências com vistas a conclusão do prédio da biblioteca Farol do Saber localizado no Município de Fortaleza dos Nogueiras, cuja obra encontra-se paralisada com graves prejuízos aos estudantes que não dispõem de um local para pesquisa escolar, bem como para o erário público estadual, considerando que a referida obra já foi iniciada, conforme anexo.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 08 de agosto de 2011. - RIGO TELES - Deputado Estadual

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.





INDICAÇÃO Nº 754 / 11

Senhor Presidente,

Na forma regimental requiro a Vossa Excelência que, depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado à Sua Excelência, Roseana Sarney, Governadora do Estado, o Ante-projeto de Lei ora em anexo, solicitando-lhe que após a sua referida análise encaminhe de volta para esta Casa para devida tramitação.

PLENÁRIO DEPUTADO NAGIB HAICKEL, DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, em 03 de Agosto de 2011. - STÊNIO REZENDE - DEPUTADO ESTADUAL

PROJETO DE LEI Nº /2011

Dispõe sobre a criação de uma delegacia especializada para investigar e combater crimes contra a atividade agropecuária.

Art. 1º Fica criada no Estado do Maranhão a Delegacia Especial de Combate aos Crimes Ligados à Atividade Agropecuária.

Art. 2º Caberá a Delegacia Especial de Combate aos Crimes Ligados à Atividade Agropecuária, registrar, investigar, abrir inquérito e adotar os demais procedimentos policiais necessários, nos casos que envolvam delitos praticados contra a atividade agropecuária no Estado do Maranhão.

Art. 3º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 755 / 11

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requiro a Vossa Excelência que, depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado o ofício a **EXCELENTÍSSIMA SENHORA GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO, DRA. ROSEANA SARNEY,** solicitando providências, em caráter de urgência, no sentido de determinar **AO EXMO. SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE,** que autorize **IMPLANTAR UMA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA E UM SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU, NO MUNICÍPIO DE GOV. NUNES FREIRE (MA),** considerando a importância desses serviços para a vida do ser humano.

Saúde pública deve ser tratada como prioridade entre as demais políticas públicas, uma UPA e um serviço do SAMU no município de GOV. NUNES FREIRE reduzirão o sofrimento dos nunesfreirenses que vivem em busca de tratamento de saúde, assim como o sofrimento dos municípios dos municípios circunvizinhos.

Esses serviços de saúde pública darão mais oportunidade às pessoas cuidarem das doenças que as molestem. Os nunesfreirenses terão mais saúde e conseqüentemente mais qualidade de vida. Saúde é premissa básica para o exercício da cidadania, escopo de todo cidadão no exercício dos seus direitos.

O Município de Gov. Nunes Freire com população 25.402 habitantes, Censo 2010 fonte IBGE, pertence à microrregião do Gurupi, e tem a sua importância para o processo desenvolvimentista do Estado.

Queremos em nome da população nunesfreirense que Vossa Excelência, a Governadora dê a atenção devida a nossa propositura e que a mesma seja efetivamente implantada ainda em 2011.

Plenário "Nagib Haickel" do Palácio "Manoel Bequimão", em São Luís, 08 de agosto de 2011. - HÉLIO SOARES - DEP. ESTADUAL - PP - Primeiro Secretário - heliosoares@al.ma.gov.br

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.



INDICAÇÃO Nº 756 / 11

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requero a Vossa Excelência que, depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício a **EXCELENTÍSSIMA SENHORA GOVERNADORA DO ESTADO DO MARANHÃO DRA. ROSEANA SARNEY**, solicitando providências, em caráter de urgência, no sentido de determinar **AO EXMO. SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE**, que autorize **IMPLANTAR UMA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA E UM SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU, NO MUNICÍPIO DE ZÉ DOCA (MA)**, considerando que esses serviços são de fundamental importância para a vida do ser humano.

Saúde pública deve ser tratada como prioridade entre as demais políticas públicas, uma UPA e um serviço do SAMU no município de Zé Doca reduzirão o sofrimento dos zedoquenses que vivem em busca de tratamento de saúde, assim como o sofrimento dos municípios dos municípios circunvizinhos.

Esses serviços de saúde pública darão mais oportunidade às pessoas que necessitam desse tipo de atendimento. Os zedoquenses terão mais saúde e consequentemente mais qualidade de vida. Saúde é premissa básica para o exercício da cidadania, escopo de todo cidadão no exercício dos seus direitos.

O Município de Zé Doca com população **50.160 habitantes, Censo 2010 fonte IBGE**, pertence à **microrregião do Pindaré**, e tem a sua importância para o processo desenvolvimentista do Estado. Portanto, como pólo regional atende aos municípios de pelo menos cinco municípios circunvizinhos, cuja população é superior a 100 mil habitantes.

Queremos em nome dessas populações é que Vossa Excelência, a Governadora, determine a implantação desses serviços da área de saúde no município de Zé Doca ainda em 2011, considerando Resolução do Conselho Municipal de Saúde – CMS, assim como ofício nº 045/2011/GAB/SEMUS, processo nº 4114/2011, de 23/03/2011, encaminhado à Secretaria de Saúde do Estado, cópia em anexo.

Plenário “Nagib Haickel” do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 08 de agosto de 2011. - HÉLIO SOARES - DEP. ESTADUAL – PP - Primeiro Secretário - heliosoaes@al.ma.gov.br

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DEPUTADO HÉLIO SOARES - Expediente lido, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO - Expediente lido. À publicação.

III – PEQUENO EXPEDIENTE.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO - Concedo a palavra ao Deputado Stênio Rezende.

O SENHOR DEPUTADO STÊNIO REZENDE (sem revisão do orador) - Senhor Presidente Deputado Arnaldo Melo, Senhor Primeiro Secretário nobre colega e amigo Deputado Helio Soares, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, galeria, imprensa, internautas, telespectadores da TV Assembleia, funcionários desta Casa, volto a esta tribuna por dois motivos: primeiro, para parabenizar a equipe da Assembleia, que mesmo perdendo de três a dois, esse jogo entre os deputados federais e os estaduais, sem dúvida nenhuma, foi uma grande vitória para o Maranhão, para a Assembleia e, principalmente, para os necessitados do nosso Estado no que diz respeito aos que precisam do Hospital Aldenora Bello e da APAE. Portanto, os meus parabéns a todos que não mediram esforços no sentido de realizar essa partida entre a Câmara Federal e a Assembleia do Maranhão. E quero parabenizar a todos os jogadores na pessoa do Deputado Camilo, que é dito por todos que foi, sem dúvida nenhuma, o melhor jogador em campo pelo lado da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. Portanto, em nome do Deputado

Camilo Figueiredo, esse amigo, quero dar os meus parabéns a todos que, de alguma forma, participaram do jogo entre a Assembleia e a Câmara. Mas quero também não esquecer, em hipótese nenhuma, de dar os meus parabéns ao idealizador deste jogo, ao idealizador desse projeto que foi esse jogo beneficente, que é o Deputado Federal Chiquinho Escórcio. Chiquinho Escórcio que, lá em Brasília, olhando Romário, aquele grande e eterno craque do futebol brasileiro, sentando ao seu lado, olhando Popó, esse nosso campeão e olhando Darley, olhando Paulo Victor e tantos outros, teve a brilhante ideia de realizar esse jogo, aqui no nosso Estado, aqui na nossa capital, em São Luís. Portanto, também pelo lado dos deputados federais, eu quero parabenizar o Chiquinho Escórcio, Deputado Federal, que ele leve o abraço do amigo, do conterrâneo e, claro, de todo o Maranhão, o nosso muito obrigado por esta oportunidade que ele ajudou a realizar e a oferecer aqui no nosso Estado. Os meus parabéns ao Chiquinho Escórcio pela Câmara Federal e meus parabéns ao Deputado Camilo Figueiredo que foi o melhor jogador em campo representando a Assembleia. Mas, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, eu dizia que vim aqui por dois assuntos: o outro é no que diz respeito, Deputado Hélio, à minha Indicação que V. Exª acabou de ler e que também comentou que já existe esta ideia, este projeto por parte de V. Exª e do qual nós iremos assinar juntos, que é a criação da Delegacia Especializada no Combate ao Crime do Agronegócio. É, sem dúvida nenhuma, um dos crimes que mais cresce no Estado do Maranhão, o roubo de máquinas agrícolas, o roubo de gado, o roubo nas fazendas, Deputado Magno Bacelar, é constante, no Estado do Maranhão, os bandidos chegarem às fazendas, sequestrarem as mulheres dos vaqueiros, os filhos dos vaqueiros e mandarem os vaqueiros irem para o mato buscarem os bois e os caminhões chegarem ao curral, quando os bois chegam vão direto para carreta, depois de uma hora, duas horas nas estradas, os bandidos soltam as mulheres e os filhos dos vaqueiros. Portanto, essa ideia da Delegacia Especializada de Combate ao Crime do Agronegócio é muito importante para o nosso Estado. E já estive conversando com o Secretário de Segurança, ele também foi solidário à ideia e disse-me que já discutiu esse assunto com a nossa Governadora e que dentro de poucos dias será encaminhada a esta Casa a criação da Delegacia Especializada de Combate ao Crime do Agronegócio, porque realmente nós temos que ter uma política especializada com equipamentos especializados voltados para esse tipo de crime, porque aqui no Maranhão não é lugar de bandido. E nós com muita fé em Deus, com a ajuda da Governadora, com a força e a garra do Secretário Aluizio Mendes e de toda a equipe, nós teremos dentro de poucos dias uma patrulha especializada, os carros equipados, toda uma formatação de soldado, civis, militares, escrivão, voltados para combater o crime de natureza do agronegócio. Portanto, senhor Presidente, para encerrar as minhas palavras e agradecendo a benevolência do tempo. Eu quero também dar aqui os meus parabéns, a nossa colega Deputada Vianey Bringel, que na última sexta-feira, aniversário, e nós temos aqui a felicidade dessa boa convivência com essa colega competente. Aproveito para dar aqui os meus mais sinceros parabéns, desejar felicidades e muita saúde a nossa colega, amiga, Deputada Vianey Bringel. Meu muito obrigado Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO – Em razão do aniversário da Deputada Vianey e hoje aniversário do nosso colega Carlos Amorim, ele entrou no plenário ainda há pouco, está no Plenário o Deputado Carlinhos Amorim. Eu suspendo a Sessão para que possamos cumprimentar os colegas deputados. Cinco minutos.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO - Reaberta a Sessão. Deputado José Carlos com a palavra por cinco minutos sem direito a apertes.

O SENHOR DEPUTADO ZÉ CARLOS (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, galeria, imprensa, internautas, telespectadores da TV Assembleia, subo a esta Tribuna, nesse Pequeno Expediente para participar a todos de uma síntese de um evento importante que ocorreu na sexta-feira passada, que foi uma reunião de uma subcomissão do Congresso Nacional, subcomissão da Comissão de Segurança Pública e Crime, contra o crime organizado que trata da questão de logística de recursos, políticas e financiamentos para a Segurança Pública, essa reunião, eu vou no tempo dos blocos me estender



um pouco mais, que resultou após um período de nove da manhã até às oito da noite quando terminou a reunião e foi assinado um documento intitulado Carta de São Luís em que elenca 13 itens de sugestões para que o Governo Federal adote como política na questão da segurança pública. No horário dos blocos eu vou ler para V. Ex.^{as} esses 13 itens que foi fruto desse grande seminário que contou com a participação de diversos deputados estaduais, diversos deputados federais além até dos próprios deputados da Comissão de Segurança que estiveram aqui presentes e que participaram integralmente do seminário. O outro ponto que eu queria abordar, é uma denúncia e principalmente um alerta que eu quero fazer a toda a comunidade maranhense, sobre a recente resolução da Agência Nacional de Saúde sobre a questão de migração ou adaptação para Planos de Saúde, isto senhores, é um engodo, no tempo do Bloco também eu vou me deter um pouco mais explicando porque isso é uma armadilha para os consumidores brasileiros e aqui especificamente eu me dirijo aos consumidores maranhenses. Quero também registrar que no sábado passado juntamente com o nosso jogo aqui, infelizmente eu não pude estar torcendo pelo nosso time, mas porque estive em Grajaú para o sorteio de 704 habitações do Programa Minha Casa Minha Vida, programa esse que todos conhecem, mas nunca vai ser demais lembrar que trata-se do maior programa de habitação popular da história do Brasil, programa criado no governo do PT pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando no seu primeiro mandato, já tinha um compromisso de erradicar, ou diminuir o déficit habitacional. Aqui no Maranhão não sei se todos sabem, mas aqui no Maranhão, nós tivemos a honra de ser o Estado que assinou o maior contrato habitacional de uma única vez, a maior quantidade de habitações, foram quase 22 mil habitações assinadas num dia só. Foi tão importante que o Presidente Lula e a então Ministra Dilma Rousseff, hoje presidente, estiveram aqui no Maranhão, juntamente com a Governadora Roseana Sarney, para assinarem esse grande contrato habitacional. Lá em Grajaú, já foram concluídas 704 casas com mais 500 unidades em andamento, e nós tivemos a honra de participar desse grande evento que foi permeado por muita emoção quando as famílias, a partir do momento em que eram sorteadas, demonstravam aquela imensa emoção por receberem casa, por terem realizado o sonho da casa própria. Eu quero aproveitar a oportunidade para não só lembrar todos esses atores políticos que fizeram parte desse grande evento e da busca dessas casas, e aqui citando o nome do Ministro Edison Lobão que por diversas vezes esteve no gabinete da Caixa Econômica pedindo essas unidades habitacionais para Grajaú, mas quero fazer referência aos funcionários da Caixa Econômica Federal porque, se não fossem eles, se não fosse o trabalho incansável daquela equipe que trabalhou diuturnamente, inclusive nos feriados, o Maranhão não seria o maior Estado contratante de habitações populares do Brasil. Por isso eu quero parabenizar o grande trabalho da Caixa Econômica Federal, do Prefeito Municipal Mercial Arruda que sempre esteve atuante na Caixa Econômica, é um prefeito que eu conheço há décadas e que sempre esteve se dedicando integralmente na busca de recursos para o seu município. Por isso parabéns ao Prefeito Mercial Arruda, parabéns à comunidade de Grajaú por esses 704 sonhos realizados nesta cidade. Com certeza, nós aqui na Assembleia vamos lutar para que Grajaú não encerre esse segundo mandato do Prefeito Mercial Arruda sem pelo menos mais de 1.500 casas. Senhor Presidente, eram essas as colocações que eu queria fazer. No horário do Bloco, eu vou tratar um pouco mais desse grande engodo que é essa regulamentação da Agência Nacional de Saúde e falar um pouquinho mais para vocês sobre a Carta de São Luís que foi assinada sexta-feira passada e que visa principalmente a preservação, o fortalecimento da segurança pública no Estado do Maranhão. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO

- Concedo a palavra ao Deputado Jota Pinto.

O SENHOR DEPUTADO JOTA PINTO (sem revisão do orador)

- Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, galeria, imprensa. Senhor Presidente, uso este Pequeno Expediente para fazer o registro desse grande evento que foi promovido pela Câmara Federal e pela Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, um jogo beneficente, um jogo que levou ao Estádio Nhozinho Santos pessoas que há muito tempo não iam até lá. Não houve vencidos e nem vencedores, pois quem venceu foi exatamente um gesto da Câmara Federal e desta Casa, Deputado

Alexandre. Foi um momento ímpar. Pela manhã, estivemos no Hospital Aldenora Belo, e eu quero aproveitar para parabenizar mais uma vez o Deputado Eduardo Braide por ver que a sua emenda, que leva o benefício àquele hospital, foi de tamanha importância. Nós estávamos lá in loco juntamente com outros deputados e vimos exatamente a necessidade de ter um trabalho voltado para aquela instituição que ajuda tanto as pessoas que necessitam de um tratamento aqui no Estado do Maranhão. Então dizer que foi um jogo agradável, um jogo no qual nós tivemos a grande oportunidade de sair com a vantagem no primeiro tempo, mas o mais importante de tudo foi a gente ver, no Estádio Nhozinho Santos, no destaque lá do Camilo Figueiredo, do Braide, do Alexandre quando entrou, do Rubens Júnior, do Neto Evangelista, do Carlinhos Florêncio, do Antônio Pereira, do Raimundo Louro e de tantos outros que estiveram em campo naquele momento. Foi um jogo que com certeza iniciou uma caminhada para fazermos outros grandes eventos. Queria, nesta oportunidade, Deputado Bira, agradecer ao Governo do Estado através da Secretaria de Esporte, na pessoa do Secretário Joaquim Haickel. Queria agradecer também à Prefeitura de São Luís que não mediu esforços, através da Secretaria de Esportes, que até alguns dias antes o estádio ainda não estava pronto, mas trabalharam dia e noite para poder colocar o estádio em plena condição para que o jogo acontecesse no sábado. Por isso queria agradecer ao Governo do Estado e à Prefeitura de São Luís, através das duas Secretarias de Esportes, por darem as condições para que o jogo pudesse acontecer. Dizer que já recebi diversas ligações hoje pedindo que nós pudéssemos fazer jogos iguais em outros municípios, mas aí vou deixar a cargo da Mesa Diretora. Então, em nome da Mesa Diretora, nós gostaríamos de agradecer a todos os deputados e deputadas, ao Governo do Estado, à Prefeitura e à imprensa que divulgou esse jogo para que nós pudéssemos dar essa contribuição a esse grande gesto que com certeza irá ajudar muito tanto a APAE como o Hospital Aldenora Belo. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO

- Com a palavra o Deputado Magno Bacelar, por cinco minutos sem apartes.

O SENHOR DEPUTADO MAGNO BACELAR (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, galeria, Imprensa. Gostaria de comunicar esta Casa que na quinta-feira passada eu me ausentei em virtude de participar na cidade de Codó, acompanhando a Governadora Roseana Sarney na grande solenidade onde foi entregue 1000 casas, foram sorteadas 1000 casas para pessoas carentes do município de Codó. Dizer que foi uma visita bastante agradável na cidade deste grande Deputado Camilo Figueiredo, onde nossa Governadora Roseana Sarney foi muito bem recebida pelas lideranças e principalmente pelo povo em praça pública, onde houve uma grande concentração, mostrando que realmente o povo ficou satisfeito, porque afinal de contas aquelas 1000 pessoas que serão agraciadas com essas casas vão viver numa condição digna muito melhor, então foi um grande evento. Nesta oportunidade também nós convidamos a nossa governadora Roseana Sarney para também participar na cidade de Chapadinha, onde será entregue também 1000 casas, inclusive a prefeitura dando a contrapartida da construção de um grande colégio. Dizer também como foi muito bem dito aqui pelo Deputado Zé Carlos, que o Maranhão foi muito bem beneficiado e foram poucos municípios como: Chapadinha, Codó, Caxias e outros mais que foram beneficiados por este programa. Chapadinha tem o déficit habitacional em torno de quatro mil, e evidentemente essas mil serão inauguradas o mais rápido possível, isso vai de certa forma vai melhorar excessivamente o déficit habitacional do nosso município. Quero dizer também que na sexta-feira, Deputado Milhomem, nós participamos do seminário Regional na cidade de Itapecuru, onde as duas regionais: Regional do Baixo Parnaíba e a Regional de Itapecuru que estiveram presentes participando daquele seminário, seminário da presença do Chefe da Casa Civil Doutor Luis Fernando, o Chefe da Articulação Política Hildo Rocha, Secretário de Planejamento Fábio Gondin. E na oportunidade com a frequência das lideranças políticas, das comunidades presentes, o chefe da casa Civil teve oportunidade de fazer a sua explanação sobre a gestão pública. Ele foi muito bem aplaudido, foi muito bem reconhecida a sua competência, a sua capacidade administrativa exatamente na cidade de Itapecuru. Então esse gesto nobre do governo do Estado, a ideia da Governadora Roseana Sarney



em fazer com que o seu Governo chegue às comunidades onde será discutido e depois nós vamos votar aqui, eu tive a felicidade de representar esta Casa, eu fui um deputado presente naquela solenidade na cidade de Itapecuru e na cidade de Itapecuru eu disse que os 40 deputados estaduais do Maranhão vão votar esse projeto escolhido exatamente pelas comunidades. Então esse projeto estará chegando dentre em breve a esta Casa nós estaremos votando, porque que é a comunidade que está decidindo a obra que ela quer, se é um posto de saúde, se é uma estrada. Então isso realmente de certa forma vai dar mais transparência ações públicas do governo. E aqui também pediram para eu falar a respeito da via expressa, é claro que ainda tem um minuto e eu vou fazer esse comentário aqui. Lamentamos profundamente Deputada Gardênia, aquele gesto do gestor municipal naquela atitude arbitrária de boicotar o andamento de uma obra tão importante e uma obra que podemos dizer que é uma obra apolítica, porque essa via expressa vai servir além da comunidade, além de São Luís, vai servir também ao prefeito que vai deixar de ser criticado, porque um dos grandes problemas hoje da nossa cidade é exatamente a questão desse trânsito angustiante, que é a maior dificuldade. Então é uma obra que o Estado está aplicando praticamente 105 milhões de reais, então todos nós independente de coloração política temos que aplaudir, e nós sentimos que há um clamor das lideranças, das classes políticas e da sociedade, uma certa revolta com esta atitude, com este gesto. Eu espero que o prefeito faça essa reflexão em vez de bloquear uma obra tão importante que facilite, da mesma forma nós torcemos para que a obra da prefeitura realmente também aconteça e como também queremos parabenizar também o prefeito João Castelo pelas obras que ele está fazendo. Realmente eu aqui nesta tribuna eu critiquei que o prefeito não estava tendo competência nem para tapar os buracos de São Luís, hoje eu digo o prefeito está fazendo a sua parte, estou satisfeito onde eu estou andando e eu estou vendo a recuperação dos calçamentos, dos asfaltamentos na cidade de São Luís. Portanto, é importante dizer que realmente São Luís, esta nossa capital, merece ser respeitada. E é por isso que acho que agora, em São Luís, nós temos que deixar a política de lado, porque todos nós temos participação. Fiquei muito satisfeito pela nossa Governadora Roseana Samey ter recebido hoje, no Palácio, o responsável pela Infraero, onde ele disse que as obras vão começar muito em breve. Tem duas empresas credenciadas e até dezembro estará pronto o nosso aeroporto com melhor infraestrutura, com melhor ampliação, é isso que nós queremos. Nós queremos é que as obras aconteçam. E aquelas pessoas que têm essa iniciativa, como o Governo do Estado, de executar uma obra tão importante como essa, procura colocar dificuldade. Portanto, meus amigos, a comunidade é que fica pagando por essas pequenas coisas que não levam a nada e não chega a lugar algum. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO
– Com a palavra o Senhor Deputado Eduardo Braide.

O SENHOR DEPUTADO EDUARDO BRAIDE (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, amigos da imprensa, companheiros da galeria, venho hoje a esta tribuna também, a exemplo do Deputado Stênio Rezende, Deputado Jota Pinto, Deputado José Carlos e outros que já passaram aqui, ressaltar o evento que aconteceu, que foi organizado pela Câmara Federal através do Deputado Chiquinho Scórcio e aqui pela Assembleia Legislativa na pessoa do Senhor Presidente Deputado Arnaldo Melo e do nosso técnico Deputado Jota Pinto. E dizer, Senhor Presidente, que em relação ao jogo, muito já se falou, a repercussão foi muita, Deputado Hélio Soares, mas eu queria falar um pouco aqui dos momentos que antecederam ao jogo, que foi em relação à visita ao Hospital Aldenora Bello e à APAE. Dizer, na verdade, que acho que cada um de nós deputados, empresários, enfim, todos aqueles que tenham a oportunidade, Deputado Raimundo Louro, de contribuir com uma instituição como aquela, deverá um dia visitá-lo, para conhecer de fato a realidade que passam aquelas pessoas. Eu lembro que entrei nos leitos e conversei pessoalmente com os familiares. Um rapaz, um menino na verdade, uma criança de um ano e oito meses vinda da cidade de Biritupuru, a cidade da Deputada Francisca Primo, há 30 dias a mãe tinha descoberto que o seu filho tinha leucemia. Ao lado dela já outra mãe acompanhando uma criança de cinco anos, do município de Pio XII, que também no período de 30 dias, Deputado Carlinhos Florêncio, tinha descoberto também

que o seu filho estava com leucemia. No leito do lado um rapaz chamado Emanuel que com cinco anos, jogando bola apareceu uma deformação no joelho e descobriu um osteosarcoma com cinco anos de idade. E, enfim, diversos relatos que nós tivemos apreocupação de ouvir realmente e ver a situação porque passam essas pessoas que acabam tendo que lutar diariamente contra esse mal, que é o câncer. Dizer que espero que na verdade esse evento que foi realizado, sirva pelo menos de porteira, pelo menos de iniciativa para acontecer o que acontece em Ribeirão Preto. Em Ribeirão Preto não, desculpem, em Barretos, o Hospital do Câncer de Barretos onde vários artistas acabam que adotando alguma ala do hospital e ajuda a construir, ajuda a manter e de fato hoje é uma referência o Hospital de Câncer de Barretos, quando através da ajuda de políticos, de empresários, de pessoas comuns, de pessoas da cidade realmente vem fazendo um bom trabalho. Da mesma forma que o Aldenora Bello luta para tratar essas pessoas com câncer, a APAE também luta para poder fazer com que aquelas pessoas, que nasceram com necessidades especiais, consigam ter uma vida também de forma especial. E me deixou bastante impressionado, na verdade, a forma como o jogador Romário, Deputado Magno Bacekar, se sensibilizou naquela visita. Eu sei porque eu estava perto e realmente acompanhei, Deputado Pádua e vi, até por conta da sua experiência pessoal, já que tem uma filha que nasceu com esse dom, como todos os pais costumam dizer, que a importância que desenvolve também o trabalho feito pela APAE, Deputado Roberto Costa, que é um trabalho interiorizado, que não acontece só aqui. A gente sabe por diversos municípios aí, várias APAEs, eu conheço inclusive o trabalho de várias APAEs, a APAE de Belágua que tive a oportunidade de conhecer, que é dirigida lá pelo Reginaldo que atende um grande número de pessoas daquele município e, enfim, no Maranhão inteiro. Então, na verdade, o que eu queria dizer aqui é que esse evento sirva como esperança, Deputado Carlinhos Florêncio, esperança não só para nós os políticos, para que através do nosso trabalho aqui a gente possa encaminhar recursos públicos a essas entidades, ao Hospital Aldenora Bello, à APAE, mas principalmente também para que não fique essa responsabilidade apenas aos políticos, para que isso realmente desperte o interesse do empresariado, desperte o interesse dos nossos artistas que possam fazer também eventos em prol dessas instituições, que veem a cada dia lutando, porque na verdade ali é uma luta, a gente que visitou percebe que realmente são os profissionais se doando, são os familiares se doando, são os familiares se doando. De forma que a gente possa contar daqui para frente com outros eventos desses, não só feitos por políticos, mas feitos por empresários, por todos, para que a gente possa ver, cada dia mais, as pessoas, os portadores de câncer, os portadores de necessidades especiais, terem uma esperança de vida daqui para frente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO
- Concedo a palavra ao Deputado Alexandre Almeida. Quero registrar a presença da ex-Deputada Fátima Vieira, no nosso Plenário. Seja bem-vinda, Deputada.

O SENHOR DEPUTADO ALEXANDRE ALMEIDA (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores da imprensa, senhoras e senhores que acompanham, na tarde desta segunda-feira, esta Sessão. No mesmo caminho do Deputado Stênio Rezende, do Deputado Jota Pinto, do Deputado Eduardo Braide, e outros mais que vieram a esta Tribuna, Senhor Presidente, eu venho destacar o jogo que, no último sábado, foi realizado aqui em São Luís, um jogo idealizado pelo Deputado Francisco Escórcio que, com a sua capacidade de articulação, conseguiu integrar, conseguiu envolver todos nós. Eu quero aqui, primeiro, destacar que a ideia foi fantástica! O jogo foi espetacular! Tivemos a participação de artistas, de políticos, de jogadores profissionais, até do povo, Deputado Bira, que foi lá prestigiar essa tão disputada partida de futebol, mas tão envolvida de simbolismo, participamos de um evento esportivo cultural, mais do que isso, de um momento de reflexão, afinal, ali estava um momento para que nós, políticos e agentes públicos possamos despertar o nosso tempo para uma causa tão justa. Deputado Magno Bacekar, o significado daquele evento era, primeiro, chamar a atenção da sociedade, mas também arrecadar fundos e aí a torcida, a população não nos decepcionou, milhares de torcedores estiveram presentes no jogo que, como já coloquei, foi fantástico, como já dizia o nosso querido palhaço



Tiririca, ele que também como jogador foi um grande entusiasta da partida e eu preciso reconhecer de um lado a capacidade dele de fazer um bom jogo e do outro lado a nossa capacidade também de união, de integração que a nossa Casa demonstrou ter, como bem colocou o Deputado Jota Pinto, o resultado do jogo é o que menos interessa a nós, afinal de contas, se existiu uma goleada, quem realmente fez os gols ou quem realizou os gols foi aquela plateia maravilhosa, aquela população espetacular que ali esteve presente. Então, quero dizer, Senhor Presidente, que registro aqui a minha alegria, o meu entusiasmo, a minha felicidade de ter participado deste jogo que foi mais do que um jogo, foi um momento muito importante para esta Casa e para a sociedade maranhense, espero que nós possamos ter a capacidade de repetir atitudes como aquela porque nós, políticos, só temos a engrandecer esse debate tão importante, que é o debate que coloca no lugar correto, no local ideal tanto a APAE, como também o Hospital do Câncer, o Aldenora Bello. Espero agora que a gente aqui na Assembleia, a Câmara Federal continue com esse trabalho, como já foi bem colocado pelo Deputado Eduardo Braide, a APAE desenvolve um trabalho muito importante. Aquelas crianças especiais merecem um futuro digno, e nós sabemos que para um futuro digno acontecer precisam de nossas ações. Eu espero, Deputado Carlinhos Amorim, que a gente possa, de fato, corresponder às expectativas que cada cidadão depositou em nós, para que a gente possa, de fato, construir a nossa história, da mesma forma falo do Hospital do Câncer Aldenora Bello, que também foi outro hospital que foi contemplado com a pequena contribuição da arrecadação que nós conseguimos realizar, mas, daqui para frente, é o momento mais esperado, é o momento mais oportuno e espero que a gente não decepcione. Senhor Presidente, V. Ex.^a junto com o nosso técnico foram os dois maestros da nossa parte em relação ao espetáculo que ali nós conseguimos promover. Eu costumo dizer que, no ditado popular, “quando um time perde o jogo, a culpa é do técnico e quando o time ganha o jogo, a grande vitória é só dos jogadores” mas aqui eu quero enaltecer a figura do nosso técnico Jota Pinto que me escalou no segundo tempo para marcar o Romário e eu acreditei meu técnico Jota Pinto, que eu consegui corresponder às suas expectativas. Então, parabéns a V. Ex.^a que hoje aqui como deputado conseguiu ser um bom técnico e o Presidente Arnaldo que conseguiu articular e instrumentalizar o nosso time, da mesma forma, eu quero aqui registrar o Governo do Estado, através do Secretário Joaquim Haickel, que foi quem também contribuiu para que o evento acontecesse. Quero aqui parabenizar a Prefeitura de São Luís, porque o estádio municipal foi organizado e preparado para que esse jogo acontecesse. Então todos estão de parabéns. Quero aqui fazer esse registro no mesmo caminho que os outros deputados já fizeram. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO

- Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Louro.

O SENHOR DEPUTADO RAIMUNDO LOURO (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, internautas, ocupantes da galeria, imprensa, servidores deste Poder, boa tarde. Vimos a esta tribuna hoje para falar da nossa Indicação que solicita ao Diretor do DETRAN, o Senhor Flávio Jerônimo, que envie, em caráter de urgência, aos municípios de Pedreiras e Trizidela do Vale um instrutor para ministrar um curso de capacitação aos profissionais mototaxistas. A Lei 1209/2009 entrou em vigor trazendo a obrigatoriedade do curso para o exercício da profissão na última terça-feira, 02 de agosto. O curso de especialização qualificará esses profissionais, além de informá-los acerca do uso obrigatório de instrumentos como: aparador de linha e mata-cachorro que terão que ser obrigatoriamente instalados em seus veículos, além de indicar-lhes sobre postura correta, condução proibida, velocidade controlada em 40 km e sinalizações. Sabemos que as informações seguidas da qualificação dos profissionais mototaxistas são um instrumento valioso para a prevenção de acidentes em pleno exercício dessa profissão, pois assim toda a população será agraciada com esta iniciativa. Também não posso deixar de louvar aqui o trabalho do nosso técnico, o Jota Pinto, e também do nosso Presidente Arnaldo Melo na condução das duas seleções, a da Câmara Federal e da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. Como falaram os deputados que me antecederam, não importa o placar, o que importa é a nossa intenção de ajudar as duas entidades que precisam do apoio deste Parlamento aqui no Maranhão: o Hospital Aldenora Bello

e a APAE, que precisam não só da ajuda da Assembleia, mas de todo o povo do Maranhão, dos empresários, de quem quer que seja, porque só você olhando o Aldenora Bello é que você se sensibiliza, vendo que o pouco que fizer por aquela entidade é de grande validade. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO

- Concedo a palavra ao Deputado Bira do Pindaré.

O SENHOR DEPUTADO BIRA DO PINDARÉ (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, colegas deputados e deputadas, imprensa, galeria, servidores, TV Assembleia e internautas. Senhor Presidente, primeiro sobre o jogo. Lamento apenas não ter tido a oportunidade de participar, pois gostaria de ter reforçado a equipe, uma vez que eu vi alguns atletas que estavam, digamos assim, abaixo da média. Então poderia ter, teria a oportunidade, estava no nosso nível, perfeitamente. Segundo, Senhor Presidente, parabenizar, sobretudo pela iniciativa de se fortalecer o Aldenora Bello, que é uma instituição que nós reputamos de muita relevância e que ganha com isso. Agora gostaria que fosse divulgada, Deputado Jota Pinto, a renda do jogo porque até agora, Deputado Rubens Júnior, eu não sei quanto foi que deu de renda nesse jogo. Nós temos que dar exemplo, afinal de contas, aqui tem um problema: as rendas do futebol maranhense que até agora nós não divulgamos quanto se arrecadou para ajudar a APAE e o Aldenora Bello. Então eu faço essa solicitação para que os deputados que estavam na comissão de organização possam divulgar para nós quanto, afinal de contas, nós arrecadamos com esse jogo. De fato, foi uma festa muito agradável, solidária, de confraternização, acima de tudo por ter favorecido instituições tão importantes como a APAE e o Aldenora Bello. Segundo lugar, Senhor Presidente, eu queria mais uma vez convidar os colegas deputados e deputadas e a população em geral, a quem possa interessar, para participar de audiência pública que vai acontecer no dia 10, na próxima quarta-feira, na qual nós vamos tratar sobre os direitos das comunidades e a questão fundiária na ilha de São Luís, um problema sério. Hoje nós temos mais de 40 áreas em São Luís em conflito, uma pressão que aumenta a cada dia, então nós queremos debater essa problemática com a participação de autoridades e representações das comunidades. A audiência vai ser no Auditório Fernando Falcão e eu considero de grande relevância. Portanto, faço o convite a todos os colegas que queiram participar. Finalmente, gostaria de me referir ao Seminário que trouxe a esta Casa, na sexta-feira, o debate sobre a segurança pública, eu participei não apenas do seminário, eu participei também da passeata que, pela primeira vez, na história do Maranhão, nós vimos todas as polícias do Estado unificadas numa manifestação pública, onde ali havia Polícia Militar, Bombeiros, estavam ali peritos, estavam ali também os profissionais da Polícia Técnica, conselheiros, penitenciários, todo o sistema de segurança devidamente representado pelas suas corporações, marchando e caminhando em torno de uma única bandeira: a bandeira da PEC, que, acima de tudo, pode assegurar o piso nacional da categoria. Mas eu percebi que a inquietação dos policiais não era apenas com essa discussão nacional, mas também com os problemas locais. Percebi a indignação, por exemplo, de militares e bombeiros que estão numa negociação já há muitos meses, que têm aqui a Comissão de Segurança feito a mediação, através do seu Presidente, o Deputado Zé Carlos. Mas eu percebi a indignação dos policiais militares e bombeiros, porque eles esperavam que foi a única coisa que eles tiveram como garantia nessa negociação é que eles teriam aumento no ticket refeição, e o valor do ticket refeição, do auxílio de alimentação deles seria equivalente ao da Polícia Civil, que é de duzentos e oitenta reais e uma fração, mas, no entanto, eles foram surpreendidos com o valor inferior de apenas de duzentos e cinquenta reais e isso casou muita indignação por partes dos policiais militares. Nesse sentido, eu participei do seminário e tive oportunidade de fazer uma intervenção e disse ao Secretário Aluísio Mendes, eu fiz dois pedidos a ele: o primeiro que revisse essa situação do ticket refeição dos policiais militares, por trinta e poucos reais não faz sentido a gente prejudicar todo o processo de negociação que vem acontecendo em relação aos militares no Estado do Maranhão, criando uma situação de instabilidade, que pode provocar manifestações muito mais aguerridas por parte desses segmentos. Em segundo lugar, pedi a ele que revogasse as retaliações que vêm incidindo sobre diversos militares que estão participando desse processo de negociação e de mobilização.



Não precisa disso, é preciso que haja autoridade por parte de Secretário de Segurança sob o comando dessas polícias, para que nenhum, nenhum mesmo servidor da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros possa sofrer punição, o que eu vi até agora por partes deles uma postura séria, correta, ordeira, respeitosa, não vi agredindo ninguém, eu participei da passeata inteira e não vi policial xingando ninguém em toda aquela passeata. Então, não faz sentido esse tratamento alguns querem dar e dessa forma acho que a Governadora Roseana tem que chamar para si a autoridade desse processo de negociação e evitar o pior em relação a esse processo de negociação das polícias. Então, é esse apelo ao Governo e a V. Ex.ªs que fazem parte da base governista e que podem ajudar, com certeza, a melhorar a essa condição e a evitar o pior. A segurança já vive uma situação difícil e todo mundo sabe que a criminalidade tem crescido no Maranhão. Então, vamos melhorar as policiais e não piorar como alguns, infelizmente, insistem em querer fazer. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO – Encerrado o Pequeno Expediente. Pela exiguidade do tempo, o Deputado Hélio Soares transferido para a próxima Sessão.

IV – ORDEM DO DIA.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO – Requerimentos à Deliberação do Plenário. Requerimento nº 272/2011, de autoria da Deputada Vianey Bringel, (lê). Em discussão. Em votação. Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Convido o Deputado Edilázio Júnior para compor a Mesa, Deputado Edilázio, por gentileza, compor a Mesa. Deputado Edilázio por gentileza para compor a Mesa. Requerimento à deliberação da Mesa. Requerimento nº 273 de autoria do Deputado Magno Bacelar (lê) Como vota o Deputado Edilázio.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO DEPUTADO EDILÁZIO JÚNIOR – Pelo deferimento.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO – Como vota o Deputado Hélio Soares.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DEPUTADO HÉLIO SOARES – Pelo deferimento.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO – Deferido o Requerimento do Deputado Magno Bacelar. Encerrada a Ordem do Dia.

V – GRANDE EXPEDIENTE.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO – Deputada Gardênia Castelo – Declinou. Horário destinado aos Partidos ou Blocos: Bloco Parlamentar pelo Maranhão. Deputado Stênio Rezende.

O SENHOR DEPUTADO STÊNIO REZENDE – Senhor Presidente o Bloco Parlamentar pelo Maranhão indica o Deputado Roberto Costa, pelo tempo que for necessário Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO – Deputado Roberto Costa V. Ex.ª dispõe até de 24 minutos.

O SENHOR DEPUTADO ROBERTO COSTA (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, galeria, imprensa. Eu venho primeiramente Senhor Presidente, dizer também da nossa satisfação de ter participado no sábado desse jogo que envolveu a Câmara Federal, a Assembleia Legislativa, a Câmara Municipal de São Luís, alguns Secretários de Governo também participaram. E que como já, disseram, a maior vitória foi nós termos chamado a atenção para as dificuldades que essas instituições tão importantes na vida do Maranhão passam e que realmente precisam de uma ajuda e de eventos como este. E um detalhe importante que me chamou atenção, Deputada Cleide Coutinho, foi inclusive o medo que todos nós tínhamos até de receber uma vaia do público presente, mas para a nossa surpresa, o povo e a população mostrou mais uma vez a sua

sabedoria e aplaudiu a Câmara Federal, mais também aplaudiu esta Casa, isso mostra que quando essa Casa realmente se comporta sintonizada com os anseios da população, nós sempre teremos o apoio da população. Eu acho que o mais importante inclusive para esta Casa foi participar de um evento público com o Estádio consideravelmente cheio e esta Casa Senhor Presidente, recebeu mais uma vez o respeito da população, eu acho que são gestos como esses que nós temos que cultivar e procurar fazer, mais ainda, levar os deputados e a Assembleia Legislativa, para as questões que a população realmente necessita, até por que o nosso papel enquanto parlamentar, enquanto representante da população, tem que ser este, e mais uma vez eu subo nesta Tribuna também, não gostaria aqui mais uma vez de criticar o Prefeito da nossa cidade, mas o gesto que ele teve em relação à Via Expressa, nós não poderíamos Deputado Bira, nos calar porque essa avenida que o Governo do Estado já está executando é fundamental para a nossa população. Eu digo fundamental, Deputado Pádua, porque é muito fácil, às vezes, e nós já sentimos essa dificuldade, mesmo fácil para nós, deputados, ter que sair daqui desta Casa e voltar para a nossa casa dentro de um carro com ar condicionado, mas para milhares de pessoas que necessitam pegar o transporte público municipal é uma verdadeira guerra, porque o transporte público em uma cidade como esta, uma cidade com mais de um milhão de habitantes, é um sistema de transporte cujo modelo já está falido não só por culpa dos empresários, mas porque a Prefeitura de São Luís não consegue oferecer a menor estrutura possível de ruas asfaltadas para que a gente possa trafegar sem nenhum risco. A pergunta que eu me faço é: para se embargar uma obra como essa, a Prefeitura conseguiu colocar 10 caminhonetes, Deputado Hemetério Weba, mandou lá uns 50 homens, lembrando-me a época dos jagunços, que chegaram ao canteiro de obras quebrando tudo. A lembrança também me traz é 79, época em que os estudantes também lutavam pela meia passagem e que o hoje Prefeito João Castelo, na época governador, e da mesma forma os estudantes foram tratados, da mesma maneira como trataram os trabalhadores da Via Expressa, isto é, com agressões, com insultos, tentando mostrar para eles que o dono da cidade não permite que as obras importantes para a nossa população cheguem para a nossa população. Eu já disse nesta tribuna que o Prefeito de São Luís merece o nosso respeito enquanto autoridade...

O SENHOR DEPUTADO STÊNIO REZENDE – Deputado Roberto Costa, Deputado Stênio, me concedo um aparte, deputado?

O SENHOR DEPUTADO ROBERTO COSTA – Pois não, Deputado Stênio.

O SENHOR DEPUTADO STÊNIO REZENDE (aparte) – Deputado Roberto Costa, V. Ex.ª traz esse assunto à tribuna desta Casa e traz com propriedade, como um homem público que milita politicamente desde pequeno aqui na cidade de São Luís e que, portanto, conhece muito bem a nossa capital. Mas eu estive viajando, deputado, por três ou quatro dias pelo interior do Estado do Maranhão e acompanhei um pouco, principalmente pela internet, mas quando eu cheguei aqui e olhei os jornais e as fotos, eu tomei um susto e fiquei preocupado até, inclusive em que ano nós estamos mesmo, se é 2011, porque me parecia uma coisa tão forte que eu não quis acreditar que isso estivesse acontecendo aqui no Maranhão. Eu sei que guerras civis têm acontecido muito no Oriente, em regimes ditatoriais. Alguns mandam mais de 30 anos em alguns países lá do Oriente, mas também tem a questão da religião, enfim. Pois bem, lá estão comuns essas guerras, esse clima tenso, essas coisas desse jeito, mas aqui no Maranhão, no Brasil, um país tão calmo, tranquilo e pacato, vamos assim dizer, me estranhou muito ver aquela força policial municipal, suspendendo ali o trabalho da Expressa. Pelo menos eu li, eu não quero acreditar em hipótese nenhuma que o Prefeito João Castelo, um homem experiente com a bagagem política que tem, ex-governador, ex-senador, ex-deputado federal, prefeito de São Luís, tenha tomado sozinho uma atitude daquelas. Eu não quero acreditar. Eu penso diferente do Prefeito João Castelo e não quero acreditar que ele tenha mandado realmente a sua força municipal embargar uma obra do Estado, por um motivo que está nos jornais e que é tão insignificante, vamos assim dizer, diante do significado que a Via Expressa tem para São Luís, cidade que ele administra. A governadora está dando uma grande contribuição à nossa capital, é um presente que a Roseana



Samey e o Governo, do qual nós fazemos parte, estão dando para a população de São Luís nos seus 400 anos de história de vida. Hoje fiz questão de passar no local para ver que o Secretário Max Barros e a Governadora determinaram o reinício da obra, porque é isso que o povo quer ver, quer ver a obra sendo feita e, se Deus quiser, dentro de pouco tempo, será entregue para o benefício da nossa população. Por isso hoje eu me surpreendi muito com as notícias dos jornais, da internet, dos blogs dando como que o prefeito teria suspenso. Não quero acreditar que o prefeito tenha tido essa coragem, porque dessa forma, no meu ponto de vista, não é o João Castelo que eu conheci e aprendi a admirar.

O SENHOR DEPUTADO JOTA PINTO - Deputado Roberto, um aparte, por gentileza?

O SENHOR DEPUTADO ROBERTO COSTA – Pois não, Deputado Jota Pinto.

O SENHOR DEPUTADO JOTA PINTO (aparte) - Eu quero comungar com o Deputado Stênio e dizer que não quero acreditar que o prefeito tenha tomando essa decisão. Até porque é uma obra de grande envergadura e que vai trazer grande benefício para a cidade de São Luís. E dizer que nesta Casa aprovamos um projeto transformando essa via, que vai ser uma MA, então é responsabilidade do Estado. Mas mesmo assim foi dada a entrada em toda a documentação, com o protocolo e nos 15 dias que era para ser dada a autorização, não foram dadas. Esta foi a informação que o secretário Max Barros, nos passou, estive presente lá com V.Ex.^a. E dizer que eu tenho certeza que a população, da mesma forma como estamos aqui preocupados com a forma que foi conduzida a situação, a população está também, porque é uma obra que será um grande presente para os 400 anos da nossa querida São Luís. Portanto V.Ex.^a traz um tema importante e eu não tenho a menor dúvida que o prefeito de São Luís vai sim contribuir para que essa obra possa sair.

O SENHOR DEPUTADO ROBERTO COSTA - Muito obrigado, Deputado Jota Pinto. Mas o que me surpreende mais...

O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Deputado Roberto.

O SENHOR DEPUTADO ROBERTO COSTA - Pois não, Deputado Milhomem.

O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO MILHOMEM (aparte) - Mas o que me surpreende, usando a sua palavra, foi a truculência. Porque embargo de qualquer obra significa paralisação. A obra está embargada, está paralisada. Mas o que eu vi ali foi vandalismo, eu vi cidadãos de temo e gravata arrancando estacas, aquilo ali era como se tivesse assim uma meia dúzia de vândalos querendo saquear, como saquearam, levaram material. Aquilo ali caberia até, ante a justiça, ter uma ação para se reaver o material. Então é deprimente. Não quero elogiar o Doutor João Castelo, é deprimente que um homem que tem uma experiência de vida entre numa daquela. Porque poderia ter entrado através da justiça, ele poderia ter embargado, se esse é o caso, e esperar, mas o que foi feito foi saque, foi assalto, foi rapinagem e isso não podemos aceitar em pleno século XXI. Muito obrigado.

O SENHOR DEPUTADO MAGNO BACELAR – Deputado Roberto Costa, me conceda um aparte?

O SENHOR DEPUTADO ROBERTO COSTA – Obrigado, Deputado Milhomem. Pois não, Deputado Magno.

O SENHOR DEPUTADO MAGNO BACELAR (aparte) - Deputado Roberto Costa, V.Ex.^a que foi muito bem votado aquina capital, eu sei como V.Ex.^a está se sentindo, principalmente com esse gesto violento, lamentável contra o povo, podemos dizer. Que essa via expressa que foi tão discutida, primeiro momento foi ter o orçamento próprio, o mais difícil é o dinheiro, é o orçamento e o governo do estado disponibilizou R\$ 80 milhões e ainda foi atrás de um convênio com o governo federal, tudo

dentro da normalidade. Foi um projeto muito bem discutido, muito bem trabalhado, inclusive com custo inferior ao projeto da Prefeitura, que também tem um projeto que é importante, temos que ressaltar. Então esse projeto da Via Expressa é um projeto viável em todos os aspectos e foi programado, até o dia, foi feito o processo licitatório, tudo foi perfeito, até o dia que iria começar. E logo que começa a dar andamento dessa obra, com o lançamento da Governadora Roseana Samey com o grande secretário Max Barros, lamentavelmente fomos surpreendidos por um ato tão violento, já que a gestão municipal deveria sim aplaudir. Porque tudo que acontecer de bom para São Luís, o prefeito também vai ficar bem, temos dizer isso. Porque, evidentemente, essas avenidas, Holandeses, todo esse tráfego hoje congestionado dentro da nossa capital, iria melhorar sensivelmente. Acabei de utilizar a tribuna enaltecendo o trabalho que ele está fazendo em recuperar as vias, as grandes artérias da nossa cidade, a periferia. Ora, o governo do estado, esse projeto maiúsculo que é um grande investimento, mais de cem milhões para presentear nos 400 anos do aniversário de São Luís, é uma grande obra. Assim como no passado foram os grandes viadutos que a nossa governadora Roseana Sarney realizou, como as grandes avenidas que o Governador Cafeteira realizou e todos os outros governadores que passaram. Agora, neste momento onde um homem que já foi governador, que já fez também grandes obras, ele diminuiu sensivelmente num momento como este em criar um conflito que não leva absolutamente nada, só atrapalha o trânsito e prejudica os habitantes da nossa ilha. Então é claro que eu entendo a sua indignação porque V. Ex.^a é um defensor dos ludovicenses, de todos os problemas de um modo geral e um problema como esse deixa todos nós entristecidos, e nós lamentamos profundamente, mas dar tempo para que o prefeito faça reflexão, deixe a obra andar, porque inclusive nós já também já discutimos isso aqui, nós já votamos aqui nesta Casa, já foi dada autorização. Então isso nós entendemos até que uma maneira até de atrapalhar o cronograma para execução física desta obra que será tão importante e tão vital para nossa cidade. Muito obrigado.

O SENHOR DEPUTADO ROBERTO COSTA – Obrigado Deputado Magno. E a nossa surpresa é exatamente, inclusive, como o Deputado Milhomem falou, é a respeito da forma truculenta que se tenta parar uma obra que é em benefício da população da forma que eles tentaram parar. É por isso que às vezes eu não me surpreendo mais com o Prefeito João Castelo, eu tento de qualquer forma compreender o que passa na cabeça dele, porque as atitudes dele parece atitude de quando ele era governador do Maranhão, aí eu volto sempre usou da truculência. Usou a truculência contra os estudantes e mais uma vez agora usa da truculência contra a população. E a minha indignação não é só em função daquelas pessoas que tem o seu carro próprio, mas a minha indignação maior Deputado Magno, é em função daquelas pessoas, como disse há pouco que dependem do sistema de transporte público para vim para o trabalho e voltar para sua casa, e que ninguém consegue mais suportar os engarrafamentos nesta região, o prefeito não conseguiu dar uma resposta para esses problemas, e não permite que o Governo venha e assuma também a sua responsabilidade de ajudar, não só a Prefeitura, mais ajudar a população. Nós temos o caso que foi divulgado a respeito do Rio Pimenta que esta mais de um ano esperando uma autorização por parte da Prefeitura para que o Governo consiga fazer uma ponte, o prefeito não autorizou primeiramente dizendo que faria obras, e até hoje a obra não saiu e ele não responde nada. Agora para mim o maior absurdo que tem Deputado Zé Carlos por parte do prefeito de São Luís, vocês sabem qual é companheiros? É o prefeito não autoriza o Via Expressa, que vai atender 300 mil pessoas que precisam de uma nova avenida para melhorar a sua volta para casa, agora estranhamente ele autorizou, autorizou a obra do Espigão, que é uma obra importante suspendendo o assoreamento que existe o canal da Ponta d'Areia que pode atrapalhar inclusive, essa navegação de atracamento dos navios e também é uma obra que atende diretamente o apartamento que o prefeito mora. Ali ele soube autorizar, aí ele autorizou com a maior rapidez do mundo, porque ele seria beneficiado por esta obra, e a população pode sofrer dentro de um ônibus, dentro de um engarrafamento, a minha indignação é exatamente por essa porque o prefeito poderia ter pelo menos a coragem de ser beneficiado pessoalmente por uma obra do Governo, mas deixar também a população grande parte da população ser beneficiada também, não ele se sentir no direito de ter uma obra para resolver o problema do apartamento dele, e a população que se lixe pode ficar no



sofrimento. Então isto é de indignar e não venham dizer que isto é questão política, porque está lá a autorização para a construção do espigão e por que ele constrói e deixa o Governo fazer o Espigão e não deixa o Governo fazer a Via Expressa? É isso que ele tem que vir esclarecer para a população e nós andando nesta cidade, coisa que o prefeito não faz vive na boa vida, hoje inclusive uma vida melhor, porque a obra do governo também está beneficiando o apartamento dele, mas nós andamos e escutamos a população e vendo o sofrimento dela, nós estamos vendo uma cidade indignada pela atitude arbitrária do Dr. João Castelo, que pensa mais vez que está nos anos 78 quando ele podia tudo, fazia tudo, mandava baixar porrada em todo mundo. Eu não quero desrespeitar a figura do prefeito, agora eu também não posso ficar calado vendo a nossa população sendo penalizada, por uma postura mesquinha por parte do prefeito da minha cidade, uma cidade de mais 1 milhão de habitantes, aonde o prefeito trata as questões importantes da população como uma questão pessoal, e nós vamos continuar levantando nesta tribuna todas estas questões, ele quando viu a repercussão negativa, ele correu logo para dar uma nota, dizendo que ele estava dando primeiramente uma autorização, que aquilo ali não era tudo para se dar uma autorização final, porque ele viu realmente Deputado Magno, a situação incomoda que ele entrou, e mais uma vez mostra que o prefeito pensa uma coisa e a população está pensando totalmente diferente do que ele acha. Eu acho que a nossa Casa aqui, como eu já disse, nós demos uma demonstração muito clara de estarmos atentos, sintonizados com a nossa população. E esta Casa também não pode fugir do debate sobre a capital do Maranhão que é a cidade exemplo, tem que ser exemplo para o resto do Maranhão. E não podemos admitir que essas atitudes arbitrárias, arrogantes, do prefeito de São Luís, consigam superar os interesses da população. Nós temos divergências políticas partidárias? Temos! Mas nós, não podemos jamais ter a irresponsabilidade de prejudicar uma população tão necessitada, em função da mesquinhez política. Se ele quer resolver o problema, que ele resolva. O que nós queremos, se ele se acha nas condições de fazer a obra, que ele faça, que ele assuma e faça. Agora, que ele não venha ter essas atitudes de suspender uma obra na marra, na agressão. Porque os trabalhadores Deputado Carlinhos Amorim, que estavam lá, estavam fazendo o serviço deles, eles foram contratados para fazer o serviço deles e não pra serem humilhados da forma que foram pela Prefeitura de São Luís. E aí eu responsabilizo o prefeito, porque ele é o chefe maior da prefeitura. Se não foi ele quem deu a ordem, ele tem que fazer da mesma forma que ele fez em relação à Portaria da Secretaria de Trânsito, demitiu na época o Coronel que teria sido o responsável em autorizar a suspensão das multas dos carros da prefeitura e mandando suspender os carros dos cidadãos de São Luís. Então, que ele venha a público e diga que ele não autorizou aquela atitude arbitrária e puna quem autorizou. E se ele tem as condições de resolver esse problema da avenida, que ele venha e resolva, se ele se sente neste direito, eu quero dizer aqui que, nós não somos contra, o que nós queremos é exatamente que a cidade possa progredir, que a população possa ter esses problemas estruturais da cidade resolvidos. Nós não queremos, eu acho que o campo político nosso, vai chegar o momento de se discutir projetos e a população sabiamente vai saber escolher no futuro. Isto vai ter o seu momento político. Agora nós na podemos é tentar criar uma situação política com uma situação que é de benefício para a população. E não venha me dizer que não tinha o alvará, porque aí eu lhe pergunto, na hora de dar alvará, na hora de dar autorização para construir uma obra que vai beneficiar o apartamento do Prefeito, ele dá rapidamente, porque ele tem direito de dar uma autorização para o apartamento dele e não tem direito de dar uma obra que vai atender 300 mil pessoas? Essa é a pergunta que eu quero deixar aqui e espero que o Prefeito venha a público, ou ele, ou alguém que represente o Senhor Prefeito nesta Tribuna e diga realmente o que aconteceu. O que nós não vamos admitir é que essas atitudes continuem ocorrendo na cidade de São Luís, uma cidade que esta completando 400 anos e que São Luís ainda não conseguiu resolver problemas básicos de educação, nós temos 300 crianças na área do Itaqui/Bacanga como já disse o Ministério Público, que já vão para o 8º mês Deputado Carlinhos Amorim, sem ter direito a escola, e a prefeitura até hoje não conseguiu dar uma resposta para essas crianças. Então eu quero deixar realmente a minha indignação e dizer que a Prefeitura pode vir com a desculpa que quiser, que de desculpa eu estou cansado, e a população de São Luís está cansada, o que nós queremos é que a obra seja realizada, por

que é uma obra que beneficia a população de São Luís. Muito obrigado Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO – Bloco Parlamentar de Oposição. Deputado Rubens Júnior usará a palavra por até sete minutos.

O SENHOR DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, membros da Mesa, nobres colegas Deputados, imprensa, galeria, funcionários da Casa, internautas. Senhor Presidente, também para somar nos parabéns à Câmara Federal e a esta Casa pelo jogo beneficente, cujos verdadeiros vencedores, sem dúvida alguma, foram o Hospital Aldenora Belo e a APAE, visto que havia um bom público, especialmente se tratando de futebol maranhense, a um preço razoavelmente caro, R\$ 10,00, competindo com algumas outras atrações, com um sábado ensolarado, Deputado José Carlos. Mas, ainda assim, três, quatro, cinco mil pessoas para assistir ao jogo e principalmente para dar sua contribuição em solidariedade a uma grande atração com a presença de astros, como Tirinica, Popó, Deley, Romário e tantos outros, Paulo César coração de leão, Paulo César do lape, Kleber Pereira, grandes ídolos também do futebol maranhense, alguns deputados que não tiveram o mesmo sucesso, mas que ainda assim se somaram a esse grande esforço de solidariedade. Então, fica também o registro e a iniciativa que tem que ser repetida. Nos bastidores da Assembleia, já está se dizendo que temos que marcar esses jogos com as Câmaras de Vereadores do interior do Estado do Maranhão. O Deputado Carlinhos Amorim já falava em levar o jogo para Imperatriz, mas sempre com esse mesmo formato de ser beneficente para arrecadar recursos para alguma instituição e fazer uma maior integração dos Poderes Legislativos, mas especialmente elevar o caráter social da iniciativa. Nesse sentido, Senhor Presidente, gostaria também de registrar que aconteceu, nesse último final de semana, a final do campeonato de Futebol Society dos Servidores da Assembleia Legislativa do Maranhão, realizado pelo GEDEMA. O nosso time, o time do gabinete do Deputado Rubens Pereira Júnior, teve a honra de ser bicampeão. O Setor Pessoal ficou em 2º lugar; o Gabinete Militar na 3ª colocação; e a Comunicação em 4º. Justamente para poder integrar os servidores da Casa, Deputado Zé Carlos. Poucos deputados participaram do evento. O Deputado Neto Evangelista participou, cujo time terminou em terceiro lugar.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA (aparte) - Deputado Rubens Júnior, V.Exa. sabe que este ano foi uma zebra do Gabinete Militar ficar em terceiro lugar, já que historicamente ganha o campeonato.

O SENHOR DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR – Está certo. Os dois últimos títulos ficaram no nosso gabinete apenas para registrarmos nos Anais da Casa, mas o mais importante será a festa de quinta-feira, quando ocorrerá a celebração do Dia dos Pais com os servidores. Momento, Deputado Bira do Pindaré, em que, dentro do campo, deputado, assessor, policial, enfermeiro, quem trabalha na limpeza, quem trabalha na parte burocrática da Casa, todo mundo pode estar se integrado para poder se confraternizar. Então, será concluída essa etapa justamente na quinta-feira, lá na Associação dos Servidores da Assembleia, no Maiobão, na festa do Dia dos Pais, organizada pelo GEDEMA. Nesta linha esportiva, antes de concluir, Senhor Presidente, gostaria de registrar um título de cidadão que propus ao Senhor José Artur Cavalcante, nascido em Taubaté, em 1954, que, dentre outros feitos, preenche o primeiro requisito para receber o título de cidadão no Maranhão, que é residir no Estado há 10 anos prestando algum importante serviço. José Artur chegou no Maranhão em 1977, casado com a maranhense Nilber Martins, pai de dois filhos, formado em Licenciatura e Educação Física, treinador de vôlei em diversas categorias da seleção maranhense. É, na UEMA, professor e chefe do Departamento de Educação Física. Na UFMA, professor há 31 anos. Vice-Presidente da Associação dos Professores, diretor do Departamento de Extensão da Pró-Reitoria, Mestre, Doutor em Psicologia Social pela PUC de São Paulo, que vamos, apenas através deste título de cidadão, consolidar o que ele já é por escolha: maranhense e efetivo, então iremos apenas estar reconhecendo. Nessa seara esportiva, venho prestar justas



homenagens ao Professor José Artur Cavalcante com a proposta de concessão do Título de Cidadão Maranhense a esse importante lutador na difusão do esporte no nosso Estado. O último ponto, Senhor Presidente, para não dizer que não falei das flores, Deputado Bira do Pindaré. O assunto que V.Exa. trouxe sobre o seminário de segurança: policiais civis, militares, bombeiros, o Deputado Zé Carlos que estava presidindo a Mesa, Deputado Amaldo participou. Algumas afirmações ou algumas suposições do Secretário Aluizio causam-nos estranheza e têm que ser debatidas nesta Casa com maturidade. Ele afirmou, por exemplo: “Não tenho como fazer mágica. O Orçamento alocado para 2011 foi inferior ao do ano de 2010”. E segue o secretário: “Já foram gastos no primeiro semestre todos os recursos alocados para o ano inteiro. O que fazer para trabalhar até o final do ano, com que recurso?”. O secretário diz que não tem dinheiro para aumentar o efetivo, para aplicar a PEC 300, para dar um ganho salarial para essa importante categoria e, numa tentativa de fugir da responsabilidade, ainda causou a esta Casa, como bem disse o Deputado Bira do Pindaré, afirmando que a Assembleia não pode ser um mero carimbador de orçamentos, que foi respondido de imediato pelo Presidente Arnaldo Melo, dizendo que esta Casa não é, que há debate quando o Orçamento, que há Emendas Parlamentares apresentadas por senhores deputados e senhoras deputadas, emendas nos dois sentidos, tanto para direcionar recurso para o interior do Estado quanto emenda modificativa do Orçamento. Mas o que o Secretário Aluizio não teve coragem de dizer é que, se o Orçamento está baixo, quem encaminhou o Orçamento para esta Casa foi a Secretaria de Planejamento, foi a Governadora Roseana Sarney que, segundo ele, não quis dizer, não investiu em Segurança no nosso Estado, preferiu investir em outras áreas.

A SENHORA DEPUTADA CLEIDE COUTINHO - Deputado Rubens, me permite um aparte?

O SENHOR DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR – Pois não, Deputada Cleide Coutinho.

A SENHORA DEPUTADA CLEIDE COUTINHO (aparte) - Eu tive o prazer de estar presente nesse seminário e quero aqui parabenizar o Deputado José Carlos, o Deputado Arnaldo Melo e quando o Secretário Aluizio falou que apenas o Deputado Federal Sétimo Waquim tinha alocado recurso para a segurança, eu falei que eu também, em 2009, entrei com uma emenda de dois milhões e meio de reais para equipar o serviço do Corpo de Bombeiros, em Caxias, Imperatriz e São Luís e que foi vetado, infelizmente. Eu garanti a ele que com toda a certeza, assim como eu, vários deputados colegas nossos devem ter entrado também com alguma emenda que não foi, a igual modo, aprovada. Mas que a Assembleia estava atenta e presente nessas situações em que demandam demandas de recursos para a segurança pública.

O SENHOR DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR - Eu agradeço e incorporo o aparte da Deputada Cleide. E eu lembro bem dessa luta que V. Ex^a levantou. E para concluir, Senhor Presidente, então ao Secretário Aluizio, Secretário de Segurança. Se não tem orçamento é porque o Governo do Estado não tem interesse em priorizar essa área para investimento. O Governo do Estado tem uma margem de 50% de remanejamento e se ainda assim não remaneja é porque, de fato, a segurança não é prioridade neste Governo. Obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO - Bloco da União Democrática. Deputado Eduardo, V. Ex^a vai fazer uso da palavra?

O SENHOR DEPUTADO EDUARDO BRAIDE - Senhor Presidente, o Deputado José Carlos e a Deputada Gardênia irão dividir o tempo do Bloco.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO – Proporcionalmente, 11 e 12?

O SENHOR DEPUTADO EDUARDO BRAIDE - Acho que onze minutos e meio para cada, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO - Pois não. O Deputado Zé Carlos com a palavra, por onze minutos. Eu aproveito para confirmar o que disse aqui o Deputado Júnior sobre a comemoração do Dia dos Pais. Nós faremos, na quinta-feira, uma homenagem aos pais, servidores desta Casa, em razão dos deputados, muitos de nós termos família e base no interior do Estado, o domingo fica muito difícil para nós. Então, vamos convidar, a partir de hoje, todos os deputados e deputadas para se fazerem presentes, na quinta-feira, depois da Sessão, iremos, lá para o nosso clube, para fazer um gesto aos nossos servidores, aos pais que são servidores desta Casa. Estão todos convidados, está certo? Deputado Zé Carlos com a palavra.

O SENHOR DEPUTADO ZÉ CARLOS (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, membros da Mesa, galeria, imprensa, como falei no Pequeno Expediente, trago dois pontos para me estender mais, que é a questão da Carta de São Luís, que foi objeto desse Seminário que estamos neste momento tratando. E o outro é a questão da preocupação com relação a esse regulamento que a Agência Nacional de Saúde determinou e que, a meu ver, fere, prejudica excessivamente o consumidor brasileiro, o consumidor maranhense. Mas a Carta de São Luís, como eu ia dizendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ela foi elaborada ao final da noite de sexta-feira. Traz no seu bojo 13 itens que eu queria, resumidamente, compartilhar com V. Exas. O primeiro deles, é que torna para o Governo Federal, ou determina, ou coloca a segurança pública como prioridade efetiva do Governo Federal da Presidência da República do Brasil. O segundo, é a necessidade de votação da PEC 300, é aquela que traz um piso único para os profissionais da segurança pública brasileira. O terceiro, é a necessidade de criação do Ministério de Segurança Pública. O quarto, é a valorização do profissional de segurança pública, incluindo os agentes do Sistema Penitenciário Nacional dos Estados, promovendo sua capacitação e assim promover a realização de concursos públicos. A quinta, apoiar ações voltadas ao aparelhamento das instituições do Sistema Penitenciário Nacional dos Estados. Sexta, vinculação constitucional de recursos orçamentários destinados a segurança pública. Sétimo, viabilizar instrumentos legais que impeçam os constantes contingenciamentos de recursos, tal como fazer incluir disposições nas Leis de Diretrizes Orçamentárias no sentido de evitar eventuais limitações de despesas. Oitavo, possibilitar maior integração no âmbito da segurança pública das esferas: federal, estadual e municipal. Nono, tornar visível outras fontes de recursos consideradas factíveis, tais como as advindas do pré-sal e as decorrentes de um maior controle das riquezas minerais ou fruto do combate mais eficaz à evasão de divisas e lavagem de dinheiro, por exemplo. Décimo, divulgar o completo estado de abandono dos seguintes órgãos: IML, ICRIM e IDMT, CPTCA, bem como a situação precária de suas instalações. 11º - Necessidade de reduzir as desigualdades no que diz respeito aos recursos destinados aos diversos centros da Federação de forma a equilibrar as necessidades e as potencialidades dos Estados. 12º - Necessidade de criação nos Estados que ainda possuem um regime disciplinar próprio para os militares e bombeiros, uma vez que, nessa ausência, a eles são aplicados o regime disciplinar do Exército chamado RDE. Por último, o 13º, que é propor a instituição de instrumentos e informações integradas compartilhadas, em caráter nacional, unificando dados, localizar nos Estados e municípios de forma a estabelecer critérios que possam conferir maior transparência e eficiência na gestão dos recursos destinados a segurança pública. Portanto, esses foram os pontos que estão consignados nesta carta que vai servir de base para as políticas e para formulação de políticas e diretrizes e financiamento da segurança pública brasileira. O outro ponto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a que eu venho abordar e aprofundar um pouco mais sobre a questão desta regulamentação da Agência Nacional de Saúde, que, como eu disse, venho a esta tribuna para chamar atenção da sociedade, do Procon, do Ministério Público acerca do tema que envolve a ANS essa agência reguladora que trata dos planos de saúde e a infinidade de consumidores contratados dos serviços privados de assistência à saúde. Alerto a sociedade, senhores ouvintes, na qualidade de parlamentar e usuário de saúde que sou, na quarta-feira passada, dia 3 de agosto de 2011, entrou em vigor a Resolução Normativa nº 254/11, da ANS, Agência Nacional de Saúde Suplementar, que trata basicamente da adaptação e migração de planos de saúde firmados anteriormente de janeiro de 1999, data que entrou em vigor a Lei nº 9656 /



98, lei que regulamenta os planos de saúde. Segundo dados colhidos em levantamento feito pela revista eletrônica Saúde S/A. Existem, senhores deputados, cerca de 9 milhões de beneficiários de saúde que não foram regulamentados, os chamados planos antigos, ou seja, a resolução se destina basicamente a essas 9 milhões de pessoas, o normativo da ANS incentiva os consumidores a alterarem seus planos de saúde, alterarem seus contratos, oferecendo, ao meu ver, duvidosos benefícios e seguranças, que ao menos já tem algum tempo, seja pelo contrato original e firmado, seja pela lei, seja Código de Defesa do Consumidor que é de 1990, pela própria lei dos planos de saúde que 1998, e pela própria Constituição Federal, que é 1988. Já estamos segurados todos esses direitos que, neste momento, essa agência vem a regulamentar. Ocorre que para pretensos benefícios para esses consumidores que a resolução do ANS diz trazer importa, na verdade, senhores e senhoras, de ônus pesado para o consumidor, pois para poder migrar deverão alterar o contrato, submeter as novas regras, muitas delas, visivelmente restritivas de direito e ainda estão sujeitos de uma aumento de até então 20,59% das mensalidades que vinham pagando. Eu sempre defendi a ideia que os melhores planos de saúde são os antigos, essa afirmação pode parecer estranha, senhores, uma vez que a princípio o novo parece ser melhor, mas isso não se aplica aos contratos de planos de saúde, explico os chamados contratos antigos aqueles firmados antes de 1999, eram uns contratos que abrangiam, de forma ampla, o direito à saúde. A única diferença basicamente era a opção com ou sem obstetrícia, poucos eram os consumidores que tinham os planos de saúde. Por isso, as operadoras para angariar novos clientes, novas adesões e para conseguir isso, os contratos eram menos detalhados, portanto de aplicação muito mais ampla. Com o passar dos anos, os planos de saúde ficaram muito mais abarrotados de clientes, hoje uma grande parte da população tem plano de saúde, muito mais abrangente ou pelo menos com isso tenham aumentado a receita dos planos, também a maior demanda no atendimento e as empresas passam por isso, senhores, a inserir nos contratos diversas restrições que o consumidor sequer percebe quando assina o contrato, seja porque o contrato é enorme e as letras muito grandes, muito miúdas e em grande maioria não tem tempo para ler, pois é compelido a assinar logo para que passe a valer, imediatamente, a demais até que se dispõe a lei esses contratos, há regras de difícil compreensão para o cidadão comum e muito menos nos casos de direitos que são colocados de forma ambígua, às vezes, concedendo direitos em uma cláusula e de forma velada retirando esses direitos em outras cláusulas. O certo é que é uma maravilha na hora de assinar, aderindo, entretanto é uma tragédia na hora que se vai usar. Todos aqui nós sabemos que há restrições inúmeras para diversos procedimentos que são negados a cobertura sobre a legação, por exemplo, de serem experimentais, não terem base científica mesmo quando requisitados por médicos renomados da Capital. Também é rotina no caso da necessidade de colocação de stents, por exemplo, senhores e senhoras ser negado na alegação de que são próteses, item não coberto pelos planos, o que é mais um ato irresponsável de negativa de atendimento ao consumidor que paga pelo plano, pois há vários anos a justiça já decidiu stent não é prótese. E manda os planos, determina aos planos que cubram esse atendimento. Todos esses argumentos tem um único intuito senhores, diminuir, diminuir as coberturas fomecidas e aumentar o lucro. Em que pese os contrários objeto dessa resolução tenham sido firmados antes da Lei dos Planos de Saúde a justiça tem deixado bem claro que a lei nº 9.656/98 aplica-se aos contratos celebrados anteriormente a sua vigência. Eis que o contrato de saúde é um contrato de trato sucessivo no tempo e isso se renova ano a ano estando todas as operadoras, e todos os planos submetidos aos ditames da lei disciplinadora dos planos, o que demonstra ser desnecessária essa adaptação, e, ou, migração que trata a referida resolução. Assim ocorre porque o Artigo 1º da Lei dos Planos de Saúde é claro e fixa o direito essencial dos usuários, estabelecendo que: Deverá ser garantido limite financeiro, assistência à saúde através de serviços profissionais livremente escolhidos que integra a rede credenciada contratada ou referenciada, inclusive, o plano básico cujo Artigo 10 cuidou de garantir à assistência a saúde cobrindo serviços médicos hospitalares e tratamento de todas as doenças listadas na classificação estatística internacional da doença, problemas relacionados com a saúde da OMS - Organização Mundial de Saúde. O jurídico brasileiro especialmente o maranhense e que nesse ponto abro um parêntese em minha fala para parabenizar a Justiça do Maranhão, a Justiça desse Estado que incansavelmente vem combatendo

essa arbitrariedade nos planos de saúde, concedendo liminares sempre que necessária à realização de todo e qualquer procedimento de urgência, emergência independente da carência, independente do contrato a ser anterior ou posterior a 99, independente dos procedimentos serem ou não reconhecidos pela ampla comunidade médica, independente de constarem ou não no rol de procedimentos autorizados pelo contrato, pela lei ou pela MS, e, ou fase em obediência exclusiva a lei maior, a Constituição Federal no seu Artigo 5º e 196 que: Garante a todos, o direito a saúde e ainda, respeito ao principal direito das pessoas também garantidos de forma ampla pela Constituição que é o direito a vida. Precisamos ter senhores bastante cuidado, a resolução do OMS é como um canto de sereia parece, mais não é. Parece que traz maiores direitos e garantias aos detentores de plano de saúde, mas na verdade os alegados atrativos já estão garantidos a todos pela Constituição e pelas leis, e hierarquicamente maiores que uma simples resolução da OMS. Encerro a minha fala alertando a população, para que não se deixe enganar com esses supostos benefícios, consultem o Órgão de Proteção ao Consumidor, o PROCON, muito bem dirigido pelo jovem lutador que com certeza vai se juntar a essa causa para não deixar que essas injustiças aconteçam. Procurar o Ministério Público, na parte que cuida especialmente do Direito do Consumidor e busquem justiça se tiverem se sentindo lesados, para isso, existem os juizados distribuídos pela cidade, onde o consumidor reclama de graça e até sem advogado o reconhecimento dos seus direitos, não podemos, portanto, deixar de alertar essas pessoas, para essa realidade, instando-as a que examine com cuidado a adesão e essa migração para os novos contratos com base nessa resolução recentemente assinada pela OMS. Em suma senhores e senhoras, essa adaptação e migração senhores para mim é tudo enganação. Esse era o meu alerta Senhor Presidente e as minhas palavras finais, muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO
– Concedo a palavra a Deputada Gardênia Castelo por 12 minutos.

A SENHORA DEPUTADA GARDÊNIA CASTELO (sem revisão da oradora) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados. Eu queria me justificar que eu tive uma semana ausente aqui nesta Casa, eu no meu retorno tive um probleminha, uma virose, e não pude exatamente retornar para o início normal da nossa atividade parlamentar. Mas, Graças a Deus, aqui estou. Em primeiro lugar, é muito importante aqui a gente trazer o contraponto, o que foi dito aqui com relação à Via Expressa, ou seja, a verdade dos fatos. É necessário esclarecer, de uma forma justa e correta, não o prefeito e a Prefeitura não têm absolutamente nada contra a Via Expressa. Nem contra a Via Expressa, nem contra qualquer obra que venha de fato beneficiar a nossa cidade. Aliás, nós queremos a Via Expressa, queremos a Metropolitana, enfim, todas as vias que aqui venham de fato a dar segurança, tranquilidade, comodidade e realmente melhorar o nosso dia-a-dia, o dia-a-dia do nosso cidadão aqui em São Luís, que é uma cidade que cresceu e que está aí com mais de um milhão de habitantes e muitos problemas acumulados ao longo de quase 400 anos. Essa é a verdade. E é importante aqui a gente fazer algumas observações, o porquê do que está acontecendo. Primeiro é preciso informar que eu acho que a Casa não sabe, enfim, a maioria não sabe, até porque eu ainda não vi a imprensa noticiar, o próprio governo não tem explicado de uma forma clara, pelo menos não tenho visto. Eu, mesmo fora daqui, pude acompanhar pelos blogs, pela internet, enfim, pelos jornais o que vinha acontecendo nessa última semana, aliás, na última semana não, mas nos últimos 20 dias em que estive fora daqui. O projeto que foi apresentado à Prefeitura está previsto para ser feito em três etapas e concluído, Deputada Vianey, segundo o projeto apresentado, em cinco anos. O Projeto da Via Expressa tem uma previsão para ser executado em cinco anos. A primeira etapa é o trecho da Avenida Carlos Cunha até o Cohafuma. O Cohafuma ali naquela rua lateral ao Moraes Center. Essa etapa está programada para ser construída em 18 meses. A segunda etapa, que é o trecho do Cohafuma até o Recanto dos Vinhais, está programada para ser construída em 24 meses. E a terceira e última etapa, que é o trecho do Recanto dos Vinhais até a Avenida Daniel de La Touche e, finalmente, os viadutos lá da Daniel de La Touche, da Carlos Cunha para o Jaracaty, mais 18 meses. Ou seja, esses 18 meses iniciais, o primeiro trecho, mais os 24 do segundo e os 18 do terceiro, totalizam 60 meses, cinco anos, que é o prazo estipulado para a conclusão da via expressa. E a Prefeitura recebeu



esse projeto dia 13 de julho, recebeu o projeto, achou até estranho, porque o normal seria que tivesse recebido antes para poder realmente, inclusive, já ter cobrado o que está cobrando com antecedência e que não houvesse o atraso da obra ou todo esse embaraço que está havendo. Então nós temos que colocar coisas aqui que são importantes, são indispensáveis para o licenciamento não da obra da Via Expressa, mas de qualquer obra que o município vá licenciar. O município tem que ser pautado pela lei vigente, ou seja, o município, para licenciar, para dar um alvará de construção, tem que dar dentro da legalidade, caso contrário, o prefeito estaria cometendo improbidade administrativa. Nenhum prefeito pode dar uma licença para uma obra, um alvará de construção, seja para que obra for, da menor à maior, sem cumprir os requisitos legais da lei vigente no nosso município de São Luís. E têm três questões que são muito graves e que precisam ser solucionadas pelo governo. E o governo, não sei por que, infelizmente... Se já solucionou, não apresentou a solução ainda para a Secretaria de Urbanismo, e isso não acompanhou o projeto que pediu a licença, a permissão de uso do solo. Essa certidão de uso do solo já está lá emitida dentro do prazo legal, mas a certidão de uso do solo é apenas um documento que se emite na elaboração do projeto, Deputado Neto. Para a execução da obra, não basta certidão de uso do solo, tem que ter o alvará de construção. E para que o alvará seja emitido, nós temos que levar em conta três pontos que são cruciais e que eu acho até que a Casa não conhece, é evidente, acredito que não conheça. Acredito que os deputados aqui, inclusive da base, não tenham o conhecimento técnico realmente que se faz necessário, para poder avaliar o que está acontecendo de fato, por que ainda não saiu a licença para a Via Expressa. A primeira questão que tem que ser considerada é a questão ambiental, por onde vai passar essa avenida. Essa questão é de suma importância. A segunda questão, são as desapropriações que precisaram ser feitas por onde vai passar essa avenida. E aí nós temos um problema social seriíssimo, além do impacto ambiental, teríamos um impacto social em duas comunidades, aqui da nossa cidade, que eu tenho certeza de que elas ainda não têm conhecimento ainda disso. Porque se tivessem já teriam se mobilizado para cobrar uma solução para o que está se avizinando por aí. E a terceira questão é uma questão muito grave, é o Sítio Arqueológico por onde passa essa avenida, não se pode simplesmente passar uma avenida por cima de um Sítio Arqueológico, sem dar uma condição e uma solução para preservação deste sítio. Esse sítio que me refiro é lá no Vinhais Velho, isso aí, realmente, precisa ser detalhado, precisa ser apresentado a solução que contemplam essas questões, a questão ambiental, a questão das desapropriações e a questão do Sítio Arqueológico por onde passa a Via Expressa. Bom, a Lei Municipal diz que em Zona de Preservação Florestal, como é o caso do Sítio Santa Eulália, todo e qualquer projeto em Zona de Preservação Florestal, deputados, eles têm que ser analisados conjuntamente pelo Município, pelo Estado e pela União. E, portanto, a gente sabe que a licença para um empreendimento, tudo bem ela é de responsabilidade da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, mas isso não exige que a Secretaria Estadual do Meio Ambiente envie para a Secretaria Municipal do Meio Ambiente o próprio IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico, um estudo do impacto ambiental que vai ocorrer com a implantação dessa avenida, e isso aí é muito claro a legislação diz isso, a Lei, o Parágrafo 1º do artigo 11 da resolução CONAMA 01 de 86, expressa que no seu Artigo 11 - Os órgãos públicos que manifestarem interesse ou tiverem relação direta com o projeto receberão cópia do RIMA - Relatório de Impacto Ambiental para conhecimento e manifestação, isto é imprescindível, dos nove volumes que constam no índice do projeto somente dois, o relatório técnico e projeto final foram entregues. Então, realmente, carece de que o Estado complementa as informações para que a Prefeitura possa, sim, emitir a licença de obra, e é o que ela quer fazer, agora ela precisa emitir uma licença com segurança dentro da legalidade, o que foi apresentado pelo Estado, Deputado Neto, não foi um estudo de impacto ambiental como a lei exige, foi um simples Plano de Manejo Ambiental, só que esse Plano de Manejo Ambiental é evasivo, ele não trata das medidas mitigadoras que precisam para o percurso por onde vai passar essa avenida, são muitas, isso precisa ser esclarecido, e é agora no projeto. Por que como é que vamos poder cobrar a efetiva realização disso se isso não está sendo incorporado ao projeto que é apresentado para que saia a licença? É muito simples e isso não é só atribuição do Município, é também da União, e a União também precisa desse estudo de impacto ambiental.

Outro ponto muito importante e é importante frisar aqui, que esse estudo de impacto ambiental foi solicitado pela Secretaria de Meio Ambiente do Município, desde o dia 21 de junho, já sabendo e já preocupado em dar celeridade para poder licenciar a obra. Quando da audiência pública realizada pela Governadora, o Secretário de Meio Ambiente já solicitou a Secretaria de Infraestrutura tanto o Plano de Impacto, Estudo de Impacto Ambiental como solicitou também a ata e a gravação da audiência pública realizada no Palácio do Governo para a dita Via Expressa, e nada disso foi encaminhado para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Bom, além disso, nós temos um caso que é...

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA – Deputada Gardênia.

A SENHORA DEPUTADA GARDÊNIA CASTELO – Pois não, Deputado Neto.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA (aparte) – Deputada Gardênia, em primeiro lugar, parabenizar V. Ex.^a por estar esclarecendo o que, de fato, aconteceu a respeito da Via Expressa de São Luís, dizer aos Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas que o Deputado Neto Evangelista é totalmente favorável que aconteça a Via Expressa dentro de São Luís, mas que as coisas, Deputada Francisca Primo, têm que ser feitas da forma legal. Eu acho que nós não estamos mais no tempo de ser feito tudo que o Governo do Estado queira fazer, ser feito atropelando as normas legais e dentro do mais grave, Deputada Gardênia, que eu vejo aí é quanto aos moradores das duas vilas onde a Via Expressa vai passar, não há nenhum projeto para que mostre o que, que vai ser feito com essas famílias.

A SENHORA DEPUTADA GARDÊNIA CASTELO – É exatamente.

O SENHOR DEPUTADO NETO EVANGELISTA (aparte) – Como serão feitas essas indenizações independente se é uma MA ou não, o erro grotesco a Assembleia já cometeu de transformar uma avenida que liga bairros e uma MA, mas não exime do papel não legal, mas do papel social da Prefeitura de São Luís preocupar com os moradores destas duas vilas que vão ser atingidas. Então, Deputado Roberto Costa, V. Ex.^a que trouxe o tema a tribuna nesta segunda-feira, se V. Ex.^a se comprometer em trazer a esta Casa os relatórios pedidos pela Prefeitura de São Luís ao governo do Estado que faltam, eu me comprometo a ser o primeiro a subir nesta tribuna e ir a Prefeitura de São Luís e pedir ao Prefeito João Castelo que autorize o início das obras da Via Expressa, mas de forma legal. Vamos acabar dessa maneira de querer tudo e atropelar o que a lei exige aqui dentro do Estado do Maranhão, porque a lei deve funcionar aqui no Maranhão como funciona nos outros Estados também. Muito obrigado, Deputada.

A SENHORA DEPUTADA GARDÊNIA CASTELO – Obrigada Deputado Neto, suas palavras serão incorporadas a nossa fala. E essa questão Deputado, desapropriação ela é fundamental, há um problema seriíssimo social, são duas comunidades: a Vila Maruim lá em frente ao Ipase e o Vinhais velho, e essas comunidades precisam saber para onde elas vão, ou seja, neste projeto da Via Expressa tinha que se fazer acompanhar um planejamento e um projeto de desapropriação e reassentamento dessas comunidades, e nada disso foi explicado. E eu tenho certeza e aí é o mais grave, que essas comunidades tanto da Vila Maruim como do Vinhais velho, não tem consciência de que a Via Expressa vai precisar removê-los de lá, são muitos anos, são muitos anos. E aí nós precisamos esclarecer isso e resolver essa questão. Outro problema tão sério quanto este problema de interesse social é o problema do sítio arqueológico lá na Vila Velha do Vinhais. Esse aí na Vila Velha do Vinhais nós temos aí uma área muito antiga, e encontrasse lá a Igreja São João Batista tombada pelo Decreto Estadual nº 9.652/84, além de ser área de sítio arqueológico essa Vila Velha do Vinhais, necessita de permissão da implantação pelo Departamento de Patrimônio Histórico e Paisagístico, é necessário cumprimento da Portaria nº 230/2002 do IPHAN, da necessidade de estudos preventivos de arqueologia da região, ou seja, além de nós temos de ter um sítio arqueológico



é uma área tombada. E qual solução será dada para esta área tombada e para este sítio arqueológico pelo Governo do Estado? Então este Projeto tem que se fazer acompanhar sim dessa solução, como será tratada essa questão e nada disso foi feito e a prefeitura cobrou. Então veja bem, é importante que fique muito claro que não há nada contra a Via Expressa, essa história de ficar uma parte da Imprensa dizendo que o prefeito não quer Via Expressa, isso não é verdade? Isso é uma levandade e quem está dizendo isso está equivocando, o prefeito quer a Via Expressa, como qualquer via que venha melhorar o trânsito de São Luís e qualquer projeto que contribua para qualidade de vida da nossa cidade. É importante que este projeto venha dentro da legalidade, seja de onde vier, principalmente do Governo do Estado que é quem tem que dá exemplo, o que nós não podemos aqui é ver mais uma vez o que está acontecendo com esses hospitais, que fizeram uma licitação para uma empresa elaborar os projetos e fiscalizar obras depois que as obras dos hospitais iniciarem. Então o que aconteceu aí é exatamente o que está se vendo. Portanto, a via expressa terá toda licença necessária, não tem problema, mas é preciso que o Governo apresente os requisitos legais, atendendo a lei vigente no nosso município, não há problema algum, basta que o Governo cumpra a Legislação a licença sai e já era para ter saído se o Governo de fato tivesse tido a competência e eu diria, a agilidade, o cuidado de apresentar o projeto na sua forma completa, ou seja, respondendo e atendendo os requisitos legais. É importante dizer que mesmo a questão dessa Casa aqui tendo estadualizado aquela via, e aí eu não quero nem questionar Deputado Neto, se aquele decreto de estadualização daquele trecho é inconstitucional ou não, que não cabe a mim aqui levantar isso, mas é preciso esclarecer que mesmo que neste trecho tendo sido estadualizado, mesmo sendo estranho uma via que liga um bairro a outro ser estadualizada, que isso não existe, rodovia estadual liga um município a outro, isso é a regra, a lei diz isso, mas mesmo assim isso não exclui e não exige o município como tendo a prerrogativa de legislar sobre o uso do solo urbano. Então é preciso compreender que o fato de o Estado da Assembleia Legislativa ter estadualizado essa via mesmo de forma inconstitucional ou não, não exige o Estado de cumprir a lei em vigência, e a prerrogativa do uso do solo cabe ao município, a municipalidade. Portanto é preciso que essas questões, esses requisitos sejam atendidos, e isso não é desculpa não deputado, isto é apenas a realidade. Agora o que acontece é que o governo está acostumado a fazer o que quer, ele não quer saber se tem que cumprir lei ou não, ele acha que pode fazer, que pode atropelar e o prefeito não pode agir de forma ilegal, não pode dar uma licença que não esteja dentro da legalidade, senão ele estaria cometendo ato de improbidade administrativa. Portanto ele quer sim licenciar a obra, agora é preciso que sejam cumpridas as formalidades legais que não são exigidas apenas pelo município, mas também estão sendo exigidas pelo IPHAN, porque esse projeto ela trata de questão de zona de reserva florestal, ele trata de questão sítios arqueológicos, tudo isso e de áreas tombadas como lá o Vinhais Velho, e tudo isso tem se apreciado pela União, não só pelo Município. Então isso aí, é o que quero dizer, dizer que não adianta se fazer essa campanha para dizer que a Prefeitura é contra a Via Expressa, porque não é verdade. A verdade tarda, mas não falha, a prefeitura não é contra nenhum projeto que venha beneficiar São Luís, agora a Prefeitura exige que a Lei tenha que ser cumprida. Portanto a licença de obras para este Projeto precisa cumprir apenas as requisições legais, não é? E que quero aqui inclusive lembrar que próprio Presidente do CREA já se posicionou dizendo que se a prefeitura emitisse a licença sem atender os pré-requisitos legais ele seria o primeiro a denunciar a prefeitura, e ainda disse mais, que não tinham dado entrada no CREA nas ARTs dos projetos, que as ARTs que tinham sido levadas ao CREA tinham sido com relação a obra e não aos projetos de engenharia e arquitetura da Via Expressa. Por isso, eu quero dizer que não há nenhuma má vontade, o que precisa é o Estado atender as regras. E no mais lamentar aqui os termos chulos usados aqui nesta Casa, de rapinagem. Na realidade a rapinagem que eu vejo mesmo foi roubar o sonho dos maranhenses como fez aqui a Governadora, que bloqueou oitenta milhões que foi destinado num convênio com esta cidade para obras como, prolongamentos para a Litorânea, para obras que os viadutos, isso sim foi rapinagem, um convênio legítimo feito por um governo legítimo e que foi bloqueado e ficou por isso mesmo, até hoje está aí sendo demandado na Justiça. E com relação à palavra truculência que foi usada, truculência mesmo também eu acho que

foi a forma como a Governadora voltou ao Governo do Maranhão. Ao invés de ela esperar esse momento da eleição que ocorreu ano passado, precisou forjar o projeto de cassação de um governo para que ela voltasse pela via judicial ao governo. Isso sim é truculência, com certeza isso aí sim é truculência. Além do mais, eu quero lembrar a vocês que eu aqui na Assembleia pedi uma audiência pública para que a gente pudesse discutir e debater a Via Expressa. E naquela ocasião lamentavelmente não só a Via Expressa como o Corredor de Transporte Urbano, só quem compareceu aqui foi a prefeitura. Lamentavelmente, porque naquela ocasião se o Estado aqui tivesse se feito representar, aqui estava o Ministério Público representado pelo Doutor Barreto, estava a Doutora Kátia superintendente do IPHAN, tinha representante do CREA, enfim, estava a Sociedade Civil, estávamos todos aqui, mas infelizmente o Estado não se fez representar. E aí tocou o barco de forma unilateral, deu entrada no projeto e quer que a licença saia a toque de caixa sem cumprir os pré-requisitos legais e isso aí lamentavelmente o Prefeito não pode fazer porque estaria cometendo um crime de improbidade administrativa. Portanto eu quero dizer que basta que o Governo cumpra com esses requisitos legais o quanto antes, que a licença será dada sem nenhum problema. Era só isso muito obrigada.

O SENHOR DEPUTADO MAGNO BACELAR – Senhor Presidente, eu gostaria, pela Liderança do Governo Senhor Presidente?

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO – Deputado Magno Bacelar, o tempo é do PDT, o Deputado Carlinhos Amorim declinou, o Deputado Magno Bacelar pediu pela Liderança. Então Deputado Roberto Costa, V. Ex.^a que está escrito no Expediente Final, ainda não chegamos a esta fase, então o Deputado Magno fala pelo tempo da liderança.

O SENHOR DEPUTADO MAGNO BACELAR (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados. Nós lamentamos mais uma vez profundamente o que está acontecendo Senhor Presidente, em relação a Via Expressa. O que a Nobre Parlamentar Deputada Gardênia acabou de falar mostra que é uma verdadeira politicagem, quando ela vem com esse termo chulo, falando de rapinagem que o Governo do Estado fez uma rapina nos cofres da Prefeitura de São Luís. Eu quero dizer que a transferência daqueles recursos que o Governo do Estado, já um Governador cassado, tendo feito pela Prefeitura de São Luís, era ilegal, era imoral, aquilo sim foi imoral, não foi o Governo do Estado, aquilo ali foi exatamente uma imoralidade onde inclusive a outra parte não foi devolvida e ninguém não sabe onde estão esses recursos, onde a Prefeitura de São Luís escondeu essa outra parte, apenas uma parte. E no momento em que o Governo do Estado veio com o projeto concreto, discutido, inclusive nesta Casa, nós observando que a Prefeitura de São Luís sob o comando do Prefeito João Castelo, o pai da Deputada, procura, de certa forma, burocratizar um projeto para inviabilizar uma obra que tem uma finalidade, atender às necessidades da população de São Luís. Lamentamos, profundamente, isso mostra que o Prefeito de São Luís, não está pensando na comunidade, na coletividade, está sendo uma pessoa que está pensando apenas nele, na questão política e prejudicando uma cidade com mais de 1 milhão de habitantes, lamentamos profundamente, eu fiz questão de participar dos dois debates aqui nesta Casa, o projeto que foi apresentado pela Prefeitura de São Luís e o projeto que foi apresentado pelo Governo do Estado, o projeto apresentado pela Prefeitura de São Luís, era um projeto inconsistente, inconsistente economicamente, porque era inviável, e ia sacrificar os cofres públicos da Prefeitura de São Luís, porque ia ter que pagar em determinado momento, e o projeto da Prefeitura de São Luís era feito efetivamente em cima de área de preservação ambiental, 60% feito em cima da área de preservação ambiental, feito em cima do mangue, onde 1 quilômetro custava em torno de 40 milhões e o projeto do Governo do Estado é em torno, Deputado Neto Evangelista, de 10 milhões de reais. Como a Prefeitura utilizou esse projeto apenas como projeto de marketing da mesma forma como o projeto da construção de um hospital, ele fez inviabilizar, porque sabe, quer queira ou não queira a população de São Luís vai reconhecer uma grandiosa obra que a Governadora Roseana Sarney, através da Secretaria de Infraestrutura, sob o comando do Deputado Max



Barros, que detalhou, que estudou, com os seus técnicos, com engenheiros da Secretaria de Infraestrutura para elaborar um grandioso projeto tecnicamente viável, interligando praticamente a todos os bairros da nossa cidade, fazendo a comunicação com mais de 20 bairros, onde praticamente 300 mil pessoas vão ser beneficiadas com um projeto como este. Então, um projeto como este nós podemos dizer, é questão de urgência, Presidente Deputado Arnaldo Melo, é de urgência tanto quanto uma construção de um hospital, porque hoje não se pode mais se andar na cidade de São Luís, outrora nós andávamos na maior rapidez em todos os aspectos; hoje, não conseguimos andar porque, a cada dia que passa, o povo comprando mais carro. Então, o grande projeto que aconteceu, as grandes obras foram os viadutos que a Governadora Roseana fez e, a partir do momento quando se lança um projeto que está na cara de 105 milhões, 80 milhões do Governo do Estado e 20 milhões podemos dizer é do PRODETUR, do Ministério do Turismo. Então, lamentamos profundamente essa burocratização que tem o objetivo para que as coisas não aconteçam para impedir com que o Governo do Estado execute uma obra não para a Governadora, não para o Deputado Max Barros, mas para o ludovicense, para o povo da nossa cidade, isso é triste! Mostra-se a má-fé do Prefeito, até da forma como ele procurou, violentamente embargar, utilizando a Guarda Municipal da maneira mais violenta, ali mostra o instinto do prefeito, ali mostra da forma como prefeito, como a Prefeitura, como o prefeito não quer uma obra nesta cidade, uma obra, porque agora sim se passaram três anos em que não fez absolutamente. Nem os buracos desta cidade este prefeito tapava. Agora, faltando um ano e seis meses, você observa que ele procurou trabalhar e não vai fazer nenhuma obra importante, a não ser recuperar algum asfalto danificado em algumas avenidas, numa operação de marketing, porque ele está recuperando só nos contornos onde passam os veículos. E uma obra dessas, essa sim, nós sabemos que são R\$ 105 milhões que serão empregados, sendo praticamente 80% do Governo do Estado do Maranhão e apenas 10% do Governo Federal. Então este convênio feito com o Governo Federal mostra a veracidade dos fatos, isto é, que o Governo Federal não ia fazer um convênio com o Governo do Estado se não tivesse um projeto fundamentado. Fundamentado no orçamento, fundamentado na questão da legislação ambiental, porque esse projeto é muito menos danoso do que o projeto da Prefeitura, porque esse sim fere a questão ambiental e a questão do comprometimento financeiro da Prefeitura. Então podemos dizer que a Prefeitura escondeu os recursos que a Justiça mandou confiscar, era o direito do Governo do Estado, era o direito dos ludovicenses. E a governadora está devolvendo os recursos como? Fazendo uma obra tão importante para a população do nosso Estado do Maranhão. Lamentamos profundamente. João Castelo, que já foi um governador na época das vacas gordas, hoje está na época das vacas magras e mostra que não está tendo a competência para resolver os problemas da nossa cidade. Lamentamos profundamente, lamentamos porque seria até uma maneira de a população esquecer-lo, mas agora ele vai descer cada vez mais para o fundo do poço, porque o povo, a população de São Luís vai se revoltar exatamente com um gesto tão pequeno desse atual gestor municipal. Meu muito obrigado, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO
- PDT. Declinou o Deputado Carlos Amorim.

VI - EXPEDIENTE FINAL.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO
- Com a palavra, o Senhor Deputado Roberto Costa.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO ARNALDO MELO
- Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

Resumo da Ata da Octogésima Quinta Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Sétima Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada no dia quatro de agosto do ano de dois mil e onze.

Presidente Senhor Deputado Arnaldo Melo.

Primeiro Secretário, em exercício, Senhor Deputado Carlos Alberto Milhomem.

Segunda Secretária, em exercício, Senhora Deputada Francisca Primo.

Às nove horas e trinta minutos, presentes os Senhores Deputados: Antônio Pereira, Arnaldo Melo, Bira do Pindaré, Camilo Figueiredo, Carlinhos Florêncio, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Amorim, Cleide Coutinho, Edilázio Junior, Edson Araújo, Eduardo Braide, Fábio Braga, Francisca Primo, Hélio Soares, Léo Cunha, Luciano Leitoa, Manoel Ribeiro, Neto Evangelista, Raimundo Cutrim, Raimundo Louro, Rigo Teles, Rogério Cafeteria, Rubens Pereira Júnior, Stênio Rezende, Valéria Macêdo e Zé Carlos. Ausentes: Afonso Manoel, Alexandre Almeida, André Fufuca, Carlos Filho, César Pires, Doutor Pádua, Edivaldo Holanda, Eliziane Gama, Gardênia Castelo, Hemetério Weba, Jota Pinto, Magno Bacelar, Marcelo Tavares, Marcos Caldas, Roberto Costa e Vianey Bringel, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, determinando a leitura do texto bíblico, do resumo da Ata da Sessão anterior, que foi considerado aprovado e do Expediente que foi encaminhado à publicação. Inscritos no horário do Pequeno Expediente, ouviu-se os Deputados Bira do Pindaré, Cleide Coutinho e Hélio Soares. Não havendo mais oradores inscritos no tempo regimental destinado a este turno dos trabalhos, o Presidente declarou aberta a Ordem do Dia anunciando o Requerimento nº. 272/11 de autoria da Deputada Vianey Bringel, que se encontrava ausente do Plenário, ficando transferida a sua votação para a próxima Sessão Ordinária. No primeiro horário do Grande Expediente não houve orador inscrito. No tempo dos Partidos e Blocos os Deputados Zé Carlos e Carlinhos Florêncio falaram pelo Bloco União Democrática. Pelo PDT falou a Deputada Valéria Macêdo. No Expediente Final não houve orador inscrito. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente e encerrou a Sessão determinando que fosse lavrado o presente Resumo, que lido e considerado aprovado, será devidamente assinado. Plenário Deputado Nagib Haickel, do Palácio Manoel Bequimão, em São Luís, 08 de agosto do ano 2011.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLEIA
PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.
Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Sítio Rangedor - Cohafuma
Fone (98) 31314306 CEP.: 65071-750 - São Luís - MA
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: diario@al.ma.gov.br

ARNALDO MELO
Presidente

HERALDO MARINELLI
Diretor Geral

BRÁULIO MARTINS
Diretoria Geral da Mesa

DULCE BRITTO
Diretoria de Comunicação

CRISTIANO CACIQUE DE NEW YORK
Núcleo de Diário Legislativo

RAIMUNDO JOÃO RIBEIRO
Núcleo de Suporte de Plenário

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário da Assembleia, observe atentamente as instruções abaixo:

- Edição dos textos enviados à Secretária Geral da Mesa via rede interna, CD ou Pen Drive;
- Matéria externa deverá ser enviado para o e-mail: diario@al.ma.gov.br
- Medida da página em formato A4;
- Editor de texto padrão: Word for Windows - versão 6.0 ou superior;
- Tipo de fonte: Times New Roman;
- Tamanho da letra: 10;
- Entrelinhas automático;
- Excluir linhas em branco;
- Tabela/Quadros sem linhas de grade ou molduras;
- Gravar no CD sem compactar, sem vírus de computador;
- O CD só deverá ser gerado após o ato oficial estar devidamente assinado;
- Utilize tantos CDs quanto seu texto exigir;
- As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas e as que não forem colocadas no sistema não serão publicadas.